

EDITAL DE LICITAÇÃO
CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 02/2023 - Retificado 1
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 4.144/2021

O **MUNICÍPIO DE BELÉM**, por intermédio da **Secretaria Municipal de Saneamento - SESAN**, torna público, para conhecimento dos interessados, que na data, horário e local abaixo indicados, fará realizar a **ABERTURA** de licitação na modalidade Concorrência Pública, que será julgada pelo critério de melhor proposta em razão da combinação do critério de menor valor da **CONTRAPRESTAÇÃO** a ser paga pela Prefeitura Municipal de Belém (**PODER CONCEDENTE**), com o de melhor técnica, nos termos do artigo 12, inciso II, alínea “b”, da Lei Federal nº 11.079/2004, e será regida pela Lei Federal nº 11.079/2004, Lei Federal nº 11.445/2005, Lei Federal nº 12.305/2010, pela Lei Federal nº 8.987/1995, respectivas alterações, e no que couber pela Lei Federal nº 8.666/1993, e demais normas correlatas.

OBJETO: Delegação, mediante Concessão Administrativa, dos Serviços Públicos Especializados de Limpeza Urbana e Manejo de Resíduos Sólidos no Município de Belém, englobando as atividades operacionais de coleta, transbordo, transporte, triagem para fins de reutilização ou reciclagem, tratamento, destinação final e disposição final ambientalmente adequada, dos (i) resíduos sólidos urbanos, (ii) resíduos sólidos provenientes de estabelecimentos comerciais e prestadores de serviços com volume e composição equiparáveis aos resíduos domiciliares, (iii) resíduos de serviço de saúde (RSS) e (iv) resíduos da construção civil (RCC), nos termos em que especificado no Edital e seus anexos.

MODALIDADE: Concorrência Pública.

TIPO DE LICITAÇÃO: Melhor proposta em razão da combinação do critério de menor valor da **CONTRAPRESTAÇÃO**, com o de melhor técnica (artigo 12, inciso II, alínea “b”, da Lei Federal nº 11.079/2004).

RECEBIMENTO DOS ENVELOPES ATÉ: dia 31 de julho de 2023, às 09 horas.

DATA E HORÁRIO PARA INÍCIO DE ABERTURA DOS ENVELOPES: dia 31 de

julho de 2023, às 09 horas.

LOCAL DO EVENTO: Auditório da SEGE, na Av. Governador José Malcher, nº 2110, Bairro São Brás, CEP 66060-230, Belém - PA.

O Edital, a minuta do Contrato e demais anexos, estarão disponíveis no sítio eletrônico da Prefeitura Municipal de Belém, <http://www.belem.pa.gov.br/licitacao/licitacao/consulta> e www.comprasgovernamentais.gov.br

Belém, dia 12 de junho de 2023

Ivanise Coelho Gasparim
Secretária Municipal de Saneamento

EDITAL DE LICITAÇÃO
CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 02/2023
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 4.144/2021

O **MUNICÍPIO DE BELÉM**, através da **Secretaria Municipal de Saneamento – SESAN**, por intermédio da Comissão Permanente de Licitação/PMB, designada pelo Decreto nº 105.290, de 28 de setembro de 2022, conforme autorização contida no art. 4º, §3º do Decreto nº 75.004/2013-PMB e na Lei Municipal nº 9.503/2018, torna público, para conhecimento dos interessados, que na data, horário e local abaixo indicados, fará realizar licitação na modalidade Concorrência Pública, que será julgada pelo critério de melhor proposta em razão da combinação do critério de menor valor da **CONTRAPRESTAÇÃO** a ser paga pela Prefeitura Municipal de Belém (**PODER CONCEDENTE**), com o de melhor técnica, nos termos do artigo 12, inciso II, alínea “b”, da Lei Federal nº 11.079/2004, e será regida pela Lei Federal nº 11.079/2004, Lei Federal nº 11.445/2007, Lei Federal nº 12.305/2010, pela Lei Federal nº 8.987/1995, e respectivas alterações, e no que couber pela Lei Federal nº 8.666/1993, e demais normas correlatas.

OBJETO: Delegação, mediante Concessão Administrativa, dos Serviços Públicos Especializados de Limpeza Urbana e Manejo de Resíduos Sólidos no Município de Belém, englobando as atividades operacionais de coleta, transbordo, transporte, triagem para fins de reutilização ou reciclagem, tratamento, destinação final e disposição final ambientalmente adequada, dos (i) resíduos sólidos urbanos, (ii) resíduos sólidos provenientes de estabelecimentos comerciais e prestadores de serviços com volume e composição equiparáveis aos resíduos domiciliares, (iii) resíduos de serviço de saúde (RSS) e (iv) resíduos da construção civil (RCC), nos termos em que especificado no Edital e seus anexos.

VALOR: valor global estimado do Contrato é de R\$ 926.763.897,98 (novecentos e vinte e seis milhões, setecentos e sessenta e três mil, oitocentos e noventa e sete reais e noventa e oito centavos), correspondente ao valor total dos investimentos previstos, pelo prazo de 30 (trinta) anos.

As cláusulas e condições dispostas neste **EDITAL** e em seus anexos foram objeto de audiência pública, realizada em 31/08/2022, bem como de 1ª consulta pública, realizada no período entre

01/08/2022 e 31/08/2022, e 2ª consulta pública, realizada no período entre 03/04/2023 e 03/05/2023, visando a ampla participação popular na formulação da política pública e a observância ao princípio da publicidade, insculpido no art. 37 da Constituição Federal, conforme avisos publicados no Diário Oficial e no sítio eletrônico da Prefeitura (<http://www.belem.pa.gov.br/>).

Aviso sobre o presente **EDITAL** foi publicado no Diário Oficial da União, Diário Oficial do Município e em Jornal de Grande Circulação na data de **13 de junho 2023**, bem como no sítio eletrônico da Prefeitura.

FONTE DE RECURSOS: As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta da dotação orçamentária:

Funcional Programática: 2.10.21.17.452.0002

Projeto/Atividade: 2237 (Expansão, Operacionalização e Manutenção do Sistema de Coleta, Transporte, Tratamento), 2238 (Operacionalização e Manutenção dos Serviços de Limpeza Urbano)

Elemento de Despesa: 3390390000 (Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica)

Fonte: 1500000000 (Recursos não Vinculados)

Fundo Financeiro: 999 (Aplicações Gerais)

Os estudos orçamentários que demonstram (i) a sustentabilidade, (ii) a viabilidade, e (iii) a estimativa de impacto orçamentário-financeiro da presente Concessão, bem como (iv) que as despesas a serem criadas para a Municipalidade não afetarão as metas e resultados fiscais do Município, nos termos do Art. 10, I, “b”, II, IV, da Lei Federal nº 11.079/2004, encontram-se devidamente encartados aos autos do Processo Administrativo nº 4.144/2021, e estão à disposição de todos os licitantes, **contidos no Edital e no link:** <https://sesan.belem.pa.gov.br/consultapublica/>

Os envelopes contendo a **GARANTIA DE PROPOSTA**, os **DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO**, a **PROPOSTA COMERCIAL** e a **PROPOSTA TÉCNICA** deverão ser entregues na Comissão Permanente de Licitação/PMB, na Av. Governador José Malcher, nº 2110, Bairro São Brás, CEP 6606-230, Belém - PA até às 9:00 do dia 31 de julho de 2023.

DATA E LOCAL DA ABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA: dia 31 de julho de 2023, no

mesmo endereço indicado acima para recebimento dos envelopes.

HORÁRIO DE ABERTURA: 9 horas. As empresas interessadas em participar do certame licitatório deverão observar rigorosamente o horário fixado para o protocolo dos envelopes, pois eventuais atrasos, ainda que mínimos, não serão tolerados.

O Edital e seus anexos estarão disponíveis no sítio eletrônico da Prefeitura Municipal de Belém <http://www.belem.pa.gov.br/licitacao/licitacao/consulta> e www.comprasgovernamentais.gov.br

As visitas técnicas, quando realizadas pelo **LICITANTE**, deverão ser agendadas junto ao DRES/SESAN, por meio dos telefones (91) 3282-6281; (91) 3282-6288, ou por e-mail: dresdiretoria@gmail.com c/c orlando_gouvea@yahoo.com.br, ficando todos os **LICITANTES** cientes de que somente serão realizadas as referidas visitas monitoradas nos dias úteis, no período de 08:00h às 12:00h, com saída do seguinte endereço: Av. Alcindo Cacela S/n, esquina com a Rua dos Caripunas, Cremação, Belém (PA) – Departamento de Resíduos Sólidos - DRES.

As retificações do **EDITAL**, decorrentes de iniciativa oficial ou provocadas por eventuais impugnações, obrigarão todas as **LICITANTES** e serão divulgadas pela imprensa, da mesma forma que se deu a publicidade do presente Edital.

Para todas as referências de tempo contidas neste **EDITAL** será observado o horário oficial de Brasília – DF.

CAPÍTULO I: DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

1. DAS DEFINIÇÕES

1.1 Os termos a seguir indicados, sempre que grafados em letras maiúsculas, no singular ou no plural, terão o significado a seguir transcrito, salvo se do seu contexto resultar sentido claramente diverso:

ADJUDICAÇÃO	Ato pelo qual a autoridade competente do PODER CONCEDENTE conferirá à LICITANTE VENCEDORA o OBJETO a ser contratado
ADJUDICATÁRIO	Significa a LICITANTE VENCEDORA para o qual será adjudicado o objeto da LICITAÇÃO
AGENTE AUTORIZADO	Empresa do setor privado que recebeu autorização no âmbito do Chamamento Público nº 01/2021, para a elaboração dos estudos apresentados ao PODER CONCEDENTE , os quais foram aproveitados na elaboração da presente LICITAÇÃO
ALTERNATIVAS TECNOLÓGICAS PARA TRATAMENTO E DESTINAÇÃO FINAL DE RESÍDUOS ANEXOS	São as alternativas de tecnologia de destinação final ambientalmente adequada, facultadas à CONCESSIONÁRIA para atender o Município de Belém, conforme definido e caracterizado no ANEXO II – TERMO DE REFERÊNCIA . Todos os documentos integrantes do EDITAL
ÁREA DA CONCESSÃO	É o limite territorial do Município de Belém, que será atendido pela CONCESSIONÁRIA por meio da prestação

dos **SERVIÇOS** e **OBRAS**, nos termos do **CONTRATO** e seus anexos

ÁREAS

São os imóveis, incluindo o seu solo, subsolo e seu espaço aéreo, onde serão implantadas as **INSTALAÇÕES OPERACIONAIS**.

ARRECADADORA

É a Companhia de Saneamento do Pará – COSANPA, concessionária de água e esgotamento sanitário, ou a Equatorial Energia Pará, concessionária de distribuição de energia elétrica no **MUNICÍPIO**, que poderá ser futuramente responsável pela arrecadação da **TAXA**, conforme conveniência do **PODER CONCEDENTE**, e contrato a ser firmado entre o **PODER CONCEDENTE**, a **CONCESSIONÁRIA** e a **ARRECADADORA**, nos termos da NR ANA nº 01/2021 e/ou da Resolução Normativa ANEEL nº 1.047/2022.

BENS REVERSÍVEIS

São os equipamentos, instalações e outros bens, direitos e privilégios vinculados aos **SERVIÇOS** concedidos, que serão transferidos ao **PODER CONCEDENTE** ao término da **CONCESSÃO**

CENTRAL DE BENEFICIAMENTO DE RESÍDUOS SÓLIDOS DA CONSTRUÇÃO CIVIL E DEMOLIÇÃO

Equipamento a ser implantado pela **CONCESSIONÁRIA**, nos termos do **ANEXO II – TERMO DE REFERÊNCIA**

CENTRAL DE TRATAMENTO E DESTINAÇÃO FINAL DE RESÍDUOS DE BELÉM

Equipamento, do tipo Centro de Tratamento de Resíduos (CTR), ou outras **ALTERNATIVAS TECNOLÓGICAS**, a ser implantado pela **CONCESSIONÁRIA**, nos termos do **ANEXO II – TERMO DE REFERÊNCIA**

COMISSÃO

É a Comissão Especial de Licitação da Prefeitura de Belém (“CEL”), doravante denominada **COMISSÃO**, designada para promoção e execução da **LICITAÇÃO**, incluindo a análise e julgamento da **DOCUMENTAÇÃO**

**CONCESSÃO
CONCESSÃO
ADMINISTRATIVA**

ou

É a delegação, mediante concessão administrativa, da prestação dos Serviços Públicos Especializados de Limpeza Urbana e Manejo de Resíduos Sólidos no Município de Belém, de que o Município de Belém será usuário indireto, outorgada nos termos da Lei Federal nº 11.079/04 e suas alterações

CONCESSIONÁRIA

Sociedade de Propósito Específico, constituída de acordo e sob as leis brasileiras, com o fim exclusivo de execução **CONTRATO**

CONSÓRCIO

Significa o grupo de pessoas jurídicas que se unem para agregar capacitação técnica, econômica e financeira para a participação na **LICITAÇÃO** e se vinculam por Termo de Compromisso de Constituição de Sociedade de Propósito Específico

**CONTA
CENTRALIZADORA**

Conta corrente de titularidade do **PODER CONCEDENTE**, aberta junto à **INSTITUIÇÃO FINANCEIRA DEPOSITÁRIA**, com movimentação exclusiva pela **INSTITUIÇÃO FINANCEIRA DEPOSITÁRIA**, nos termos previstos no **CONTRATO**, destinada a receber a receita proveniente da arrecadação da **TAXA** pelo **MUNICÍPIO**, ou repassada pela **ARRECADADORA (PARCELA A)**, realizar pagamentos da **PARCELA B**, e **PARCELA C**, bem como recompor o **SALDO MÍNIMO** da **CONTA GARANTIA**, conforme **CONTRATO COM A INSTITUIÇÃO FINANCEIRA**

DEPOSITÁRIA

CONTA GARANTIA

Conta corrente de titularidade do **PODER CONCEDENTE**, aberta junto à **INSTITUIÇÃO FINANCEIRA DEPOSITÁRIA**, com movimentação exclusiva pela **INSTITUIÇÃO FINANCEIRA DEPOSITÁRIA** cuja composição e recomposição do **SALDO MÍNIMO** deverá observar o previsto neste **CONTRATO**

CONTRAPRESTAÇÃO PÚBLICA MENSAL ou REMUNERAÇÃO MENSAL

É a remuneração mensal a que a **CONCESSIONÁRIA** fará jus em decorrência da execução dos **SERVIÇOS**, a ser calculada conforme especificado no **ANEXO VI – REMUNERAÇÃO DA CONCESSIONÁRIA** deste **EDITAL** e que constará da **PROPOSTA COMERCIAL** da **LICITANTE VENCEDORA**

CONTRAPRESTAÇÃO PÚBLICA ou REMUNERAÇÃO

Significa a contrapartida pecuniária devida à **CONCESSIONÁRIA** pela prestação dos **SERVIÇOS** e pelos investimentos realizados pela **CONCESSIONÁRIA**, nos termos do **CONTRATO**

CONTRATO

É o instrumento jurídico cuja minuta é a constante do **ANEXO I** do presente **EDITAL** e parte integrante deste, que rege a **CONCESSÃO ADMINISTRATIVA**

CONTRATO COM A INSTITUIÇÃO FINANCEIRA DEPOSITÁRIA

Contrato de Administração de Contas e Contrato de Cessão Fiduciária de Contas celebrado entre o **PODER CONCEDENTE**, **CONCESSIONÁRIA** e a **INSTITUIÇÃO FINANCEIRA DEPOSITÁRIA** para a criação de contas vinculadas destinada ao trânsito dos recursos arrecadados a partir da **TAXA (PARCELA A)**, e

depositados pelo **PODER CONCEDENTE** relativos à **PARCELA B**, e **PARCELA C**, para a realização dos pagamentos devidos à **CONCESSIONÁRIA**

CONTROLADORES

As pessoas físicas e/ou jurídicas que detém o controle societário da **CONCESSIONÁRIA**, nos termos do art. 116, da Lei Federal nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976

CONTROLE

Para os efeitos aqui previstos, significa o exercício pela pessoa, natural ou jurídica, ou o grupo de pessoas vinculadas por acordo de voto, ou sob controle comum que (i) seja titular de direitos de sócio que lhe assegurem, de modo permanente, a maioria dos votos nas deliberações da assembleia-geral e o poder de eleger a maioria dos administradores da sociedade; e (ii) usa efetivamente seu poder para dirigir as atividades sociais e orientar o funcionamento dos órgãos da sociedade

CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO

Documento integrante da **PROPOSTA TÉCNICA**, que define os prazos para execução das **OBRAS** e demais obrigações da **CONCESSIONÁRIA**.

DATA DE EFICÁCIA DO CONTRATO

Data na qual o **CONTRATO** torna-se eficaz e passa a produzir efeitos.

DATA DE ORDEM DE INÍCIO

Data correspondente à ordem de início dos **SERVIÇOS** objeto da **CONCESSÃO** a ser exarada por escrito pelo **PODER CONCEDENTE** à **CONCESSIONÁRIA**, depois de publicado o **CONTRATO** no Diário Oficial do **MUNICÍPIO**

DÉFICIT

É diferença entre o valor total arrecadado de **TAXA** pelo **MUNICÍPIO** ou pela **ARRECADADORA** diretamente

dos **USUÁRIOS**, e o total dos custos dos **SERVIÇOS DIVISÍVEIS**

DOCUMENTAÇÃO

É a documentação a ser entregue, nos termos deste **EDITAL**, pelas **LICITANTES**, abrangendo **GARANTIA DE PROPOSTA, DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO, a PROPOSTA COMERCIAL e a PROPOSTA TÉCNICA**

DOCUMENTOS DE CREDENCIAMENTO

Conjunto de documentos apresentados pelo **LICITANTE** de acordo com os termos e condições do presente **EDITAL**, destinados a promover o credenciamento de representante com poderes para representar o **LICITANTE** perante a **COMISSÃO**

DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

São os documentos relativos à habilitação jurídica, regularidade fiscal, qualificação técnica e qualificação econômico-financeira das **LICITANTES**, de acordo com este **EDITAL**

ECOPONTOS e LOCAL DE ENTREGA VOLUNTÁRIA (LEV)

Locais onde os munícipes poderão efetuar a entrega de materiais recicláveis, resíduos volumosos e resíduos da construção e demolição, de acordo com a limitação de volume contida **ANEXO II – TERMO DE REFERÊNCIA**

EDITAL

É o presente instrumento convocatório e regulador dos termos e condições da **LICITAÇÃO**

ENTIDADE REGULADORA ou ARBEL

É a Agência Reguladora Municipal de Belém - ARBEL, entidade designada pelo **MUNICÍPIO**, nos termos da **LEI**

FEDERAL DE SANEAMENTO, como responsável pelas atividades de regulação e fiscalização dos **SERVIÇOS**

ETR

Estação de Transferência de Resíduos

FINANCIADORES

Toda(s) e qualquer instituição financeira, banco de fomento ou agência multilateral de crédito, que conceda financiamento à **CONCESSIONÁRIA** para a execução do objeto deste **CONTRATO**

FINANCIAMENTOS

Todo e qualquer empréstimo eventualmente concedido à **CONCESSIONÁRIA** na forma de dívida para o cumprimento das suas obrigações no âmbito do **CONTRATO**

**GARANTIA DE
EXECUÇÃO DO
CONTRATO**

É a garantia a ser prestada e mantida pela **CONCESSIONÁRIA** de forma a garantir o fiel cumprimento do **CONTRATO**, nos termos deste **EDITAL** e do **CONTRATO**, inclusive, o pagamento das sanções pecuniárias a ela aplicadas

**GARANTIA DE
PAGAMENTO
(GARANTIA PÚBLICA)**

É a garantia oferecida pelo Município de Belém por meio do **CONTRATO**, do pagamento da **CONTRAPRESTAÇÃO**, das multas e das indenizações que vierem a ser devidas nos termos do **CONTRATO**

**GARANTIA DE
PROPOSTA**

É a garantia pecuniária a ser prestada pelas **LICITANTES** que poderá ser executada pelo **PODER CONCEDENTE**, nos termos do **EDITAL**

GRUPO ECONÔMICO

Para efeitos deste Edital, compõem o grupo econômico da Proponente as sociedades coligadas, controladas ou de simples participação, nos termos dos artigos 1.097 e seguintes, do Código Civil e do artigo 278, da Lei Federal

nº 6.404/76, e as empresas ou fundos de investimentos que possuam diretores, gestores ou acionistas (com mais de 10% de participação) ou representantes legais comuns, bem como aquelas que dependem econômica ou financeiramente de outra empresa ou fundo de investimento, além das empresas ou fundos de investimento sujeitos a uma mesma estrutura global, incluindo compartilhamento global de conhecimento, governança e política corporativa

INDICADORES DE DESEMPENHO	DE	É o conjunto de metas, padrões de qualidade, formas de aferição e periodicidade para a avaliação da qualidade dos SERVIÇOS prestados pela CONCESSIONÁRIA , incidentes sobre a CONTRAPRESTAÇÃO MENSAL , de modo a obter-se a CONTRAPRESTAÇÃO MENSAL EFETIVA .
INFRAESTRUTURA DE MANEJO	DE	É a infraestrutura composta pelas INSTALAÇÕES OPERACIONAIS a ser implantada, operada e mantida pela CONCESSIONÁRIA nos termos descritos no ANEXO II – TERMO DE REFERÊNCIA
INSTALAÇÕES OPERACIONAIS		São as Instalações Operacionais específicas destinadas ao manejo, destinação e disposição final dos RESÍDUOS SÓLIDOS , compreendendo os ECOPONTOS , a UNIDADE OPERACIONAL DA CONCESSIONÁRIA , a ETR , a UTRSS , a CENTRAL DE BENEFICIAMENTO DE RESÍDUOS SÓLIDOS DA CONSTRUÇÃO CIVIL E DEMOLIÇÃO e a CENTRAL DE TRATAMENTO E DESTINAÇÃO FINAL DE RESÍDUOS DE BELÉM
INSTITUIÇÃO FINANCEIRA DEPOSITÁRIA	ou	Significa a instituição financeira em que serão abertas a CONTA CENTRALIZADORA e a CONTA GARANTIA , contratada pelo PODER CONCEDENTE , para a prestação

**INSTITUIÇÃO
DEPOSITÁRIA**

dos serviços de custódia, gerência e administração dos valores utilizados na **CONCESSÃO** para o pagamento da **CONTRAPRESTAÇÃO MENSAL EFETIVA** em favor da **CONCESSIONÁRIA**, nos termos do presente **CONTRATO**

INVESTIMENTOS

São as **OBRAS** e intervenções indispensáveis a serem realizadas pela **CONCESSIONÁRIA** nas **ÁREAS** e **INSTALAÇÕES OPERACIONAIS** visando a melhoria na prestação dos **SERVIÇOS**, conforme descritos no **ANEXO II – TERMO DE REFERÊNCIA**

**LEGISLAÇÃO
APLICÁVEL**

Significa a Constituição Federal, a Lei Orgânica do Município de Belém e as Leis Federais, Estaduais e Municipais, as normas infra legais e as demais normas aplicáveis, conforme vigentes, ao **PODER CONCEDENTE**, à **CONCESSIONÁRIA**, à **CONCESSÃO** ou as matérias tratadas no **CONTRATO**, conforme o caso

LEI DE CONCESSÕES

Significa a Lei Federal nº 8.987, de 13 de fevereiro de 1995

LEI DE LICITAÇÕES

Significa a Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993

**LEI DE PARCEIRAS
PÚBLICO PRIVADAS**

Significa a Lei Federal nº 11.079, de 30 de dezembro de 2004

**LEI FEDERAL DE
RESÍDUOS SÓLIDOS**

Significa a Lei Federal nº 12.305, de 2 de agosto de 2010

**LEI FEDERAL DE
SANEAMENTO**

Significa a Lei Federal nº 14.026, de 15 de julho de 2020

**LICENÇA AMBIENTAL
PRÉVIA**

É a Licença correspondente ao primeiro passo do **LICENCIAMENTO AMBIENTAL** a ser obtida pela **CONCESSIONÁRIA**

**LICENCIAMENTO
AMBIENTAL**

É o instrumento de gestão ambiental estabelecido pela Lei Federal n.º 6.938/1981 que avalia impactos ambientais dos empreendimentos e que será obtido pela **CONCESSIONÁRIA** nos termos do **ANEXO V – DIRETRIZES PARA O LICENCIAMENTO AMBIENTAL**

LICITAÇÃO

É o presente procedimento administrativo, por meio do qual será selecionada a proposta mais vantajosa para o Município de Belém, com vistas à celebração do **CONTRATO**

LICITANTE

É a empresa ou Consórcio de empresas que, potencialmente ou efetivamente, vier a participar da **LICITAÇÃO**

**LICITANTE
VENCEDORA**

É a empresa ou Consórcio de empresas que vencer a **LICITAÇÃO** e que constituirá a SPE, para a celebração do **CONTRATO** com o Município de Belém

**LIMPEZA URBANA E
MANEJO DE RESÍDUOS
SÓLIDOS**

São os **SERVIÇOS** a serem prestados pela **CONCESSIONÁRIA**, nos termos descritos no Edital e seus anexos

MUNICÍPIO

É o Município de Belém

**NOTA ECONÔMICA
(NE)**

Nota alcançada pelos **LICITANTES**, tendo em vista os critérios e requisitos constantes na **PROPOSTA COMERCIAL**

NOTA FINAL DA LICITAÇÃO (NFL)	Somatório das NOTAS ECONÔMICA e TÉCNICA , conforme cálculo definido neste EDITAL e ANEXOS , que definirá a classificação dos LICITANTES no julgamento das PROPOSTAS
NOTA TÉCNICA (NT)	Nota alcançada pelos LICITANTES , tendo em vista os critérios e requisitos constantes na PROPOSTA TÉCNICA
OBJETO	É a outorga da CONCESSÃO ADMINISTRATIVA dos SERVIÇOS
OBRAS	É o conjunto de obras e atividades correlatas, inclusive a aquisição e instalação dos bens e equipamentos, nos quais estão compreendidas todas as ações relacionadas para a perfeita execução dos SERVIÇOS , de acordo com o ANEXO II – TERMO DE REFERÊNCIA
ORDEM DE SERVIÇOS ou ORDEM DE INÍCIO DOS SERVIÇOS	É a ordem emitida pelo PODER CONCEDENTE que autoriza o início da prestação do objeto da CONCESSÃO pela CONCESSIONÁRIA , observado o disposto no EDITAL e no CONTRATO
PARCELA A	É a receita originada a partir da arrecadação da TAXA , arrecadada pelo MUNICÍPIO ou pela ARRECADADORA diretamente dos USUÁRIOS , para fins de custeio da totalidade dos SERVIÇOS DIVISÍVEIS , a ser depositada na CONTA CENTRALIZADORA
PARCELA B	É a contribuição pecuniária a ser paga pelo PODER CONCEDENTE , custeado por meio de seu orçamento corrente, para remuneração da CONCESSIONÁRIA sobre a prestação dos SERVIÇOS INDIVISÍVEIS

PARCELA C	É o SALDO DE INADIMPLÊNCIA , a ser custeado pelo MUNICÍPIO por meio de seu orçamento corrente, a ser depositada pelo PODER CONCEDENTE na CONTA CENTRALIZADORA
PARTES	São o PODER CONCEDENTE e a CONCESSIONÁRIA
PARTES RELACIONADAS	Com relação à CONCESSIONÁRIA , qualquer pessoa controladora, coligada e respectivas controladas, bem como aquelas assim consideradas pelas normas contábeis em vigor
PLANO DE NEGÓCIOS	É o documento de estruturação dos negócios a serem desenvolvidos pela CONCESSIONÁRIA , na qualidade de prestadora de SERVIÇOS , de acordo com o ANEXO IV – DIRETRIZES PARA ELABORAÇÃO DA PROPOSTA COMERCIAL , que deverá acompanhar a PROPOSTA COMERCIAL
PLANO EXECUTIVO DE TRABALHO	São as informações apresentadas pela LICITANTE com a descrição das atividades e etapas necessárias à prestação dos SERVIÇOS e realização dos INVESTIMENTOS , autorizações e licenças necessárias para a operação do OBJETO conforme CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO , que constarão do corpo da PROPOSTA TÉCNICA , respeitadas as diretrizes contidas no ANEXO II – TERMO DE REFERÊNCIA
PODER CONCEDENTE	É o MUNICÍPIO , diretamente ou indiretamente, por meio da Secretaria Municipal de Saneamento – SESAN
PODER PÚBLICO	Significa, para efeitos do CONTRATO , quaisquer entes públicos integrantes da Administração Pública Federal,

Estadual ou Municipal, direta ou indireta, incluindo o
PODER CONCEDENTE

**POLÍTICA DE
TRANSAÇÕES COM
PARTES
RELACIONADAS**

Documento elaborado e aprovado pelos órgãos de administração da **CONCESSIONÁRIA** que deverá conter as regras e condições para a realização de transações entre a **CONCESSIONÁRIA** e suas **PARTES RELACIONADAS**

**PRAZO ou PRAZO
CONTRATUAL**

É o período de 30 (trinta) anos, prorrogáveis conforme o limite legal

PROJETO EXECUTIVO

É o conjunto de elementos necessários e suficientes, com nível de precisão adequado, para caracterizar a obra ou serviço, o complexo de obras ou serviços e nas indicações dos estudos técnicos preliminares, que assegurem viabilidade técnica e adequado tratamento do impacto ambiental do empreendimento, compreendendo memorial técnico, memorial descritivo, especificações técnicas e desenhos, que possibilite o perfeito entendimento e execução completa da obra, de acordo com as Normas Técnicas da ABNT, no que diz respeito à implantação das **INSTALAÇÕES OPERACIONAIS**

**PROPOSTA
COMERCIAL**

Significa a proposta econômica das **LICITANTES**, contendo a oferta da **CONTRAPRESTAÇÃO**, a ser paga pelo Município de Belém à **CONCESSIONÁRIA**, por força do **CONTRATO**, que deverá ser elaborada de acordo com o **ANEXO III – DIRETRIZES PARA ELABORAÇÃO DA PROPOSTA COMERCIAL**

PROPOSTA TÉCNICA	Significa a proposta técnica a ser apresentada pelas LICITANTES que será apresentada na forma do ANEXO IV – DIRETRIZES PARA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA TÉCNICA , nos termos do EDITAL
PROPOSTAS	Significa a PROPOSTA COMERCIAL e a PROPOSTA TÉCNICA , conjuntamente consideradas
RECEITAS ACESSÓRIAS	Significam quaisquer receitas alternativas, acessórias, complementares ou de projetos associados às advindas do recebimento da REMUNERAÇÃO , com exceção das RECEITAS FINANCEIRAS , a serem exploradas pela CONCESSIONÁRIA , nos termos do CONTRATO
RECEITAS FINANCEIRAS	Significam as receitas oriundas de aplicações financeiras pela CONCESSIONÁRIA , incluindo, mas não se limitando a juros, descontos recebidos, receitas de títulos vinculados ao mercado aberto, receitas sobre outros investimentos, prêmio de resgate de títulos e debêntures, bem como as atualizações monetárias pré-fixadas, as variações monetárias dos direitos de crédito e das obrigações em função da taxa de câmbio ou de índices ou coeficientes aplicáveis por disposição legal ou contratual, dentre outras dessa natureza
REMUNERAÇÃO DA ARBEL	É o valor equivalente a 4% da arrecadação da TAXA , a ser repassada pelo MUNICÍPIO ou ARRECADADORA à ARBEL , nos termos da Lei Municipal nº 9.576/2020
RESÍDUOS SÓLIDOS	Termo utilizado para denominar o conjunto de todos os tipos de resíduos gerados e coletados pelo serviço municipal, incluindo, mas não se limitando a: a) resíduos

gerados em atividades domésticas, compostos de restos de alimentos, embalagens e produtos em geral que são descartáveis pelos munícipes; b) resíduos originários de atividades comerciais (lanchonetes, lojas, etc.), industriais e de serviços (escritórios e empresas de prestação de serviço) cuja responsabilidade pelo manejo não seja atribuída ao gerador; c) resíduos da construção civil cuja responsabilidade pelo manejo não seja atribuída ao gerador; e d) resíduos originários das atividades de varrição, limpeza de logradouros e vias públicas e outros serviços de limpeza urbana existentes no **MUNICÍPIO**, tais como descritos e caracterizados no **ANEXO II – TERMO DE REFERÊNCIA**

**SALDO
INADIMPLÊNCIA**

DE

Significa a contribuição pecuniária a ser suportada pelo **PODER CONCEDENTE** para apoiar o pagamento da **CONTRAPRESTAÇÃO MENSAL**, em razão do **DÉFICIT**

SALDO MÍNIMO

Significa o montante equivalente a 03 (três) **CONTRAPRESTAÇÕES MENCIAIS** devidas à **CONCESSIONÁRIA**, a ser mantida na **CONTA GARANTIA**, para assegurar o fluxo de pagamentos à **CONCESSIONÁRIA**

SERVIÇOS

São todas as atividades integrantes dos serviços públicos especializados de limpeza urbana e manejo de resíduos sólidos urbanos, programas e instalações que deverão ser ofertados e implantados pela **CONCESSIONÁRIA** no **MUNICÍPIO**, assim como os **INVESTIMENTOS** e as **OBRAS** a serem realizadas, conforme previsto no **ANEXO II – TERMO DE REFERÊNCIA**

SERVIÇOS DIVISÍVEIS

São as atividades integrantes dos **SERVIÇOS** suscetíveis de utilização, separada e individualizada, por cada um dos **USUÁRIOS**

**SERVIÇOS
INDIVISÍVEIS**

São as atividades integrantes dos **SERVIÇOS** cuja fruição individualizada não pode ser mensurada em razão de sua própria natureza

**SISTEMA DE
PAGAMENTO**

Significa o arranjo de contas bancárias de movimentação restrita do tipo Escrow, estruturado por meio de contratação de **INSTITUIÇÃO FINANCEIRA DEPOSITÁRIA**, com o objetivo de proporcionar meios para que as obrigações de pagamento da **CONTRAPRESTAÇÃO MENSAL EFETIVA** sejam devidamente cumpridas pelo **PODER CONCEDENTE**

SPE

Sociedade de Propósito Específico (SPE) é a pessoa jurídica de direito privado a ser constituída pela **LICITANTE VENCEDORA**, nos prazos e nas condições definidas neste **EDITAL**, que será a parceria privada do Município de Belém e a responsável pela execução dos **SERVIÇOS**

SUBCONTRATADAS

Empresas indicadas pela **CONCESSIONÁRIA** para o desenvolvimento de atividades inerentes, acessórias ou complementares à execução do **OBJETO**, incluindo a subcontratação de equipamentos relacionados à execução do **OBJETO**

**TAXA DE RESÍDUOS ou
TAXA DE RESÍDUOS
SÓLIDOS ou TAXA**

Significa taxa criada pela Lei Municipal nº 7.192/1981, com suas respectivas alterações

TERMO DE ACEITAÇÃO		Significa o documento assinado pelas PARTES após a implantação das OBRAS
TERMO DE REFERÊNCIA	DE	É o documento elaborado e apresentado pelo MUNICÍPIO , composto do conjunto de elementos necessários e suficientes, com nível de precisão de anteprojeto adequado, para caracterizar a obra ou serviço, o complexo de obras ou serviços, elaborado com base nas indicações dos estudos técnicos preliminares, que assegurem viabilidade técnica e adequado tratamento do impacto ambiental do empreendimento, que possibilite a avaliação do custo da obra, a definição de métodos e prazos de execução, de acordo com as Normas Técnicas da ABNT no que diz respeito à implantação dos INVESTIMENTOS , das OBRAS e das INSTALAÇÕES OPERACIONAIS
UNIDADE DE TRATAMENTO DE RESÍDUOS DE SERVIÇO DE SAÚDE (UTRSS)	DE	Equipamento a ser implantado pela CONCESSIONÁRIA , nos termos do ANEXO II – TERMO DE REFERÊNCIA
UNIDADE OPERACIONAL DA CONCESSIONÁRIA	DA	É o conjunto de instalações de apoio, necessárias às atividades operacionais da CONCESSIONÁRIA , que deverá ser implantada conforme diretrizes estabelecidas no ANEXO II – TERMO DE REFERÊNCIA
USUÁRIOS FINAIS		São os moradores do MUNICÍPIO , que serão direta e efetivamente beneficiados pelos SERVIÇOS, OBRAS e INVESTIMENTOS .
VALOR ESTIMADO DA LICITAÇÃO		É o valor estimado pelo PODER CONCEDENTE para efeito de contratação da licitação, com base no Estudo de

Viabilidade desenvolvido em conformidade com todos os documentos integrantes do Edital, devidamente atualizado para a data-base de maio/2022, calculado para todo o período de 30 (trinta) anos da concessão

**VERIFICADOR
INDEPENDENTE**

Entidade a ser selecionada pelo **PODER CONCEDENTE** e contratada pela **CONCESSIONÁRIA**, responsável por garantir o cumprimento dos pressupostos do **CONTRATO** e pelo monitoramento do processo de aferição do desempenho da **CONCESSIONÁRIA**

2. DA LEGISLAÇÃO APLICÁVEL

2.1. A **LICITAÇÃO** e seu objeto serão regidos pela legislação vigente, em especial e no que couber:

- a) Constituição Federal, em especial o artigo 37, inciso XXI, e o artigo 175;
- b) Lei Federal nº 11.079, de 30 de dezembro de 2004;
- c) Artigos 21, 23, 25 e 27 a 39 da Lei Federal nº 8.987, de 13 de fevereiro de 1995, e artigo 31 da Lei Federal nº 9.074, de 7 de julho de 1995, e suas alterações posteriores;
- d) Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, e suas alterações posteriores;
- e) Disposições da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000;
- f) Lei Federal nº 11.445/2007, com suas respectivas atualizações, e Lei Federal nº 12.305/2010, com suas respectivas atualizações, e regulamentação vigente;
- g) Condições previstas neste **EDITAL** e nos **ANEXOS** que fazem parte integrante deste **EDITAL**;
- h) Resolução ARBEL nº 01/2023;
- i) Demais disposições constitucionais, legais e regulamentares aplicáveis.

2.2. A modificação, revogação, ou reconhecimento de ilegalidade ou inconstitucionalidade de qualquer ato normativo citado não altera ou afeta a presente **LICITAÇÃO**, no todo ou em parte, sendo que as normas regulamentares acima são referenciais e as legais vinculantes.

3. DO CRITÉRIO DE JULGAMENTO

3.1. Esta **LICITAÇÃO** será processada e julgada pelo critério de melhor proposta em razão da combinação do critério de menor valor da **CONTRAPRESTAÇÃO** a ser paga pelo **PODER CONCEDENTE**, com o de melhor técnica, nos termos do artigo 12, inciso II, alínea “b”, da Lei Federal nº 11.079/2004.

4. DO OBJETO DA LICITAÇÃO

4.1. O objeto da presente **LICITAÇÃO** consiste na escolha da melhor proposta para contratação da prestação, pela **LICITANTE VENCEDORA**, dos seguintes **SERVIÇOS, INVESTIMENTOS e OBRAS**, conforme definido e caracterizado no **ANEXO II – TERMO DE REFERÊNCIA**:

- i. Serviços especializados de manejo de resíduos sólidos, compreendendo (i) Coleta e Transporte de Resíduos Sólidos Domiciliares Urbanos – Classe II-A, incluindo coleta fluvial de regiões insulares (ilhas) e coleta em locais de difícil acesso; (ii) Coleta e Transporte de Resíduos dos Serviços de Saúde – Classe I; (iii) Coleta e Transporte de Resíduos Sólidos Inertes (Entulhos); (iv) Coleta e Transporte de Resíduos da Construção Civil (RCC); (v) Coleta e Transporte de Resíduos Recicláveis – Coleta Seletiva; (vi) Operação de Ecopontos; (vii) Coleta nos Locais de Entrega Voluntária; (viii) Coleta com caminhão roll-on e roll-off e caixa compactadora elétrica hidráulica; e (ix) Coleta em contêineres enterrados em feiras e praças.
- ii. Serviços especializados de limpeza urbana, compreendendo (i) Varrição Manual de Vias e Logradouros Públicos; (ii) Varrição Mecanizada de Vias e Logradouros Públicos; (iii) Capinação e Raspagem de Vias e Logradouros Públicos; (iv) Roçagem Manual e Mecânica; (v) Pintura de Guias e Postes; (vi) Limpeza de Feiras Livres, Mercados e Logradouros; (vii) Equipe de Limpeza Urbana para Mutirão; (viii) Lavagem e desodorização de pontos de ônibus; (ix) Limpeza de faixa de areia nas praias Mosqueiro, Icoaracy, Outeiro e Cotijuba; (x) Fornecimento de Contêineres de 120 litros; e (xi) Fornecimento e instalação de

papeleiras nas principais avenidas e pontos turísticos do município.

- iii. Realização de **OBRAS** e **INVESTIMENTOS** para a implantação de **INSTALAÇÕES OPERACIONAIS**, tais como (i) **UNIDADE OPERACIONAL DA CONCESSIONÁRIA**, (ii) **ETR**, (iii) **ECOPONTOS**, (iv) **LEV**s, (v) **CENTRAL DE BENEFICIAMENTO DE RESÍDUOS DA CONSTRUÇÃO CIVIL**, e (vi) **CENTRAL DE TRATAMENTO DE RESÍDUOS DE BELÉM** e suas unidades operacionais; e (vii) **CONTEINERES ENTERRADOS PARA COLETA DE FEIRAS E PRAÇAS**;
- iv. Operação de sistemas de tratamento e destinação final de resíduos, compreendendo (i) Resíduos Sólidos Domiciliares Urbanos – Classe II-A; (ii) Resíduos de Dragagem / Valas e Canais / Poços de Visita e Bocas de Lobo; (iii) Resíduos Sólidos Inertes (Entulhos); e (iv) Resíduos dos Serviços de Saúde – Classe I;
- v. Operação de sistema de transferência e transporte de resíduos para destinação final;
- vi. Recuperação das áreas degradadas pelo “Lixão” do Aurá;
- vii. Implantação, operação e manutenção de serviços de gestão associados, compreendendo (i) Programa de Informação e Educação Ambiental; (ii) Programa de Integração Social de Catadores e Cooperativas; (iii) Plano de Segurança e Higiene do Trabalho; (iv) Programa de Manutenção das Instalações; (v) Software de Gestão dos Serviços de Limpeza Pública, Manejo e Gerenciamento de Resíduos; e (vi) Canal de Comunicação com o Cidadão.

4.2. As características e especificações técnicas referentes à execução do objeto contratual estão indicadas neste **EDITAL** e respectivos **ANEXOS**.

4.3. Sem prejuízo do disposto neste **EDITAL**, **ANEXOS**, na **PROPOSTA COMERCIAL** e na **PROPOSTA TÉCNICA** da **LICITANTE VENCEDORA**, a execução da **CONCESSÃO**, bem como a realização das **OBRAS** e **INVESTIMENTOS**, deverá obedecer ao disposto nas normas, padrões e procedimentos constantes da **LEGISLAÇÃO APLICÁVEL**, especialmente às normas de caráter ambiental, no presente **EDITAL** e em seus **ANEXOS**, bem como na documentação apresentada pelo **ADJUDICATÁRIO**.

4.4. A **CONCESSÃO** pressupõe a adequada prestação dos **SERVIÇOS**, assim considerados aqueles que satisfaçam às condições de regularidade, eficiência, segurança, atualidade, generalidade, cortesia, equidade e continuidade, nos termos do **CONTRATO** e seus **ANEXOS**, e sempre de acordo com as diretrizes e disposições da **LEI FEDERAL DE SANEAMENTO**, da **LEI FEDERAL DE RESÍDUOS SÓLIDOS** e suas respectivas atualizações.

4.5. São de responsabilidade do **PODER CONCEDENTE** as providências necessárias à eventual declaração de utilidade pública dos imóveis necessários para realização do objeto da **CONCESSÃO**, incluindo aqueles de uso temporário ou objeto de instituição de servidões, conforme previsto no **CONTRATO**, bem como a promoção de todo o processo de desapropriação e de instituição das servidões administrativas.

4.6. São de responsabilidade da **CONCESSIONÁRIA** as providências necessárias à execução dos atos materiais de eventual desapropriação, judicial ou extrajudicial, dos imóveis necessários para realização do objeto da **CONCESSÃO**, o custeio das eventuais indenizações e demais encargos relacionados às desapropriações e à instituição das servidões administrativas, bem como o custeio de eventuais aquisições de áreas para realização das **OBRAS e INVESTIMENTOS**.

4.6.1. Os custos de aquisição de área, exceto com relação aos necessários à implantação dos **LEV's e ECOPONTOS**, bem como os investimentos, ficarão a cargo da **CONCESSIONÁRIA**, sendo os bens revertidos ao **PODER CONCEDENTE** após o período da **CONCESSÃO**.

4.6.2. As áreas necessárias à implantação dos **LEV'S e ECOPONTOS** serão disponibilizadas pelo **MUNICÍPIO** à **CONCESSIONÁRIA** (bens já integrantes do ativo público municipal).

4.7. À **CONCESSIONÁRIA** é facultada a obtenção de **RECEITAS ACESSÓRIAS**, ressalvados os casos previstos no **CONTRATO**, desde que devidamente informadas e que não causem prejuízos aos serviços prestados para o **MUNICÍPIO**

4.8. A **CONCESSIONÁRIA** implantará a nova **CENTRAL DE TRATAMENTO E DESTINAÇÃO FINAL DE RESÍDUOS DE BELÉM** no prazo de até 48 (quarenta e oito) meses após a emissão da **ORDEM DE INÍCIO**, para início de operação no 49º (quadragésimo nono) mês da **CONCESSÃO**.

4.8.1. Até a efetiva implantação da nova **CENTRAL DE TRATAMENTO E DESTINAÇÃO FINAL DE RESÍDUOS DE BELÉM** a que se refere o item 4.8., acima, a **CONCESSIONÁRIA** deverá destinar os resíduos conforme diretrizes estabelecidas no **ANEXO II – TERMO DE REFERÊNCIA**, observadas as respectivas tipologias e locais de destinação final.

4.8.2. A destinação final dos resíduos sólidos domiciliares, até a efetiva implantação da **CENTRAL DE TRATAMENTO E DESTINAÇÃO FINAL DE RESÍDUOS DE BELÉM**, deverá ser realizada em Aterro Sanitário licenciado, a ser subcontratado pela **CONCESSIONÁRIA**.

4.8.2.1.O PODER CONCEDENTE adotará todos os procedimentos necessários à operacionalização de pagamento direto, em favor da subcontratada, abatendo-se referido valor da **CONTRAPRESTAÇÃO MENSAL** a ser percebida pela **CONCESSIONÁRIA**.

4.8.3. Na eventual ocorrência de situação emergencial, caracterizada pelas condições precedentes não cumulativas abaixo descritas, deverá o **PODER CONCEDENTE** determinar a realização da destinação final de resíduos sólidos domiciliares em célula emergencial a ser licenciada ambientalmente e implantada no “Lixão” do Aurá, conforme diretrizes técnicas estabelecidas no **ANEXO II – TERMO DE REFERÊNCIA**, visando assegurar a manutenção da prestação dos serviços e o pleno atendimento à legislação ambiental.

4.8.3.1. Para fins de caracterização da situação emergencial descrita no item acima, consideram-se condições precedentes e não cumulativas, **(i)** inexistência e/ou indisponibilidade temporária de Aterro Sanitário licenciado, na Região Metropolitana de Belém, apto a receber os resíduos sólidos domiciliares

provenientes da **CONCESSÃO**, (ii) impossibilidade de recepção dos resíduos sólidos domiciliares provenientes da **CONCESSÃO**, por Aterro Sanitário licenciado na Região Metropolitana de Belém, (iii) cassação e/ou não renovação de licença ambiental de Aterro Sanitário localizado na Região Metropolitana de Belém originalmente apto à recepção dos resíduos sólidos domiciliares provenientes da **CONCESSÃO**, e (iv) atraso no **CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO** para implantação da **CENTRAL DE TRATAMENTO E DESTINAÇÃO FINAL DE RESÍDUOS DE BELÉM**, por fato não imputável à **CONCESSIONÁRIA**, notadamente em razão de atrasos na obtenção de licenças urbanísticas e/ou ambientais.

4.8.3.2. Na ocorrência de situação emergencial, por período superior a 06 (seis) meses, as **PARTES** deverão proceder ao reequilíbrio extraordinário do **CONTRATO**.

5. DOS ANEXOS DO EDITAL

5.1. Constituem anexos deste **EDITAL**:

ANEXO I	MINUTA DE CONTRATO
ANEXO II	TERMO DE REFERÊNCIA
ANEXO III	MODELOS E DECLARAÇÕES PREVISTOS NO EDITAL
ANEXO III.1	Termo de Compromisso
ANEXO III.2	Carta de Credenciamento e Poderes dos Representantes
ANEXO III.3	Carta de Apresentação da Proposta Técnica
ANEXO III.4	Carta de Apresentação da Proposta Comercial
ANEXO III.5	Carta de Apresentação dos Documento de Habilitação
ANEXO III.6	Declaração de Observância e Submissão à Legislação Brasileira
ANEXO III.7	Declaração de Equivalência de Documentos Estrangeiros

ANEXO III.8	Declaração de Inexistência de Documentos Equivalentes
ANEXO III.9	Declaração de Regularidade perante o Ministério do Trabalho
ANEXO III.10	Declaração de Ausência de Fatos Supervenientes e Impeditivos para a contratação
ANEXO III.11	Declaração de Atendimento aos Requisitos de Habilitação
ANEXO III.12	Declaração de Visita Técnica
ANEXO III.13	Declaração de Renúncia de Visita Técnica
ANEXO III.14	Declaração a que se refere o item 17.10 do Edital
ANEXO III.15	Elementos de Garantia de Proposta
ANEXO III.16	Solicitação de Esclarecimentos ao Edital
ANEXO III.17	Modelo de declaração firmada por instituição financeira, atestando a viabilidade do Plano de Negócios da Licitante
ANEXO III.18	Declaração de não cadastramento perante a Secretaria da Fazenda de Belém
ANEXO III.19	Declaração de Participação com Atestado de Grupo Econômico
ANEXO III.20	Declaração de Responsabilidade Civil e Administrativa
ANEXO IV	DIRETRIZES PARA ELABORAÇÃO DA PROPOSTA COMERCIAL
ANEXO IV.A	PLANO DE NEGÓCIOS DE REFERÊNCIA
ANEXO V	DIRETRIZES PARA ELABORAÇÃO DA PROPOSTA TÉCNICA
ANEXO VI	DIRETRIZES PARA O LICENCIAMENTO AMBIENTAL
ANEXO VII	SISTEMA DE MENSURAÇÃO DE DESEMPENHO
ANEXO VIII	METAS DE EXPANSÃO E APRIMORAMENTO DA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS
ANEXO IX	REMUNERAÇÃO DA CONCESSIONÁRIA

ANEXO X MATRIZ DE COMPARTILHAMENTO DE RISCOS

**ANEXO XI SÍNTESE DOS ESTUDOS DE VIABILIDADE
ECONÔMICO-FINANCEIRA**

ANEXO XII ROL DE BENS REVERSÍVEIS

6. DO VALOR ESTIMADO PARA EFEITOS DA LICITAÇÃO

6.1. O valor estimado pelo **PODER CONCEDENTE** para efeito desta **LICITAÇÃO**, com base nos estudos desenvolvidos e devidamente atualizados para a data-base de maio de 2022, é de R\$ 926.763.897,98 (novecentos e vinte e seis milhões, setecentos e sessenta e três mil, oitocentos e noventa e sete reais e noventa e oito centavos), equivalente ao total de investimentos da **CONCESSIONÁRIA** para um período de 30 (trinta) anos da concessão.

7. DOS RECURSOS FINANCEIROS

7.1. As despesas decorrentes da execução do **CONTRATO** correrão por conta da dotação orçamentária a seguir:

Funcional Programática: 2.10.21.17.452.0002

Projeto/Atividade: 2237 (Expansão, Operacionalização e Manutenção do Sistema de Coleta, Transporte, Tratamento), 2238 (Operacionalização e Manutenção dos Serviços de Limpeza Urbano)

Elemento de Despesa: 3390390000 (Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica)

Fonte: 1500000000 (Recursos não Vinculados)

Fundo Financeiro: 999 (Aplicações Gerais)

7.1.1. Os recursos para o pagamento da **CONTRAPRESTAÇÃO**, pelo **PODER CONCEDENTE** ou por quem ele constituir posteriormente para esta finalidade, durante a vigência do **CONTRATO**, advirão de dotações orçamentárias específicas, a serem incluídas nos orçamentos municipais dos exercícios seguintes, recursos vinculados, e de outras receitas do Município de Belém ou de seus órgãos, empresas e

autarquias, observando as devidas diretrizes, objetivos, prioridades e metas previstas no Plano Plurianual e na Lei de Diretrizes Orçamentárias.

CAPÍTULO II: DO EDITAL

8. DISPOSIÇÕES INICIAIS

8.1. O presente **EDITAL** estabelece os procedimentos administrativos da **LICITAÇÃO**, bem como estipula as condições e o regime jurídico da contratação objeto deste instrumento, definindo as normas que vigorarão durante todo o trâmite da **LICITAÇÃO** e vigência do **CONTRATO**.

9. ESCLARECIMENTOS AO EDITAL

9.1. Até o 5º (quinto) dia anterior ao designado para a data da sessão de abertura do certame, as **LICITANTES** poderão requerer esclarecimentos ao **EDITAL** e seus Anexos, à **Comissão Permanente de Licitação/PMB**, mediante comunicação escrita e protocolizada na SEGEp/PMB, no endereço Av. Governador José Malcher, nº 2110, Bairro São Brás, CEP 66060-230, Belém – PA, ou envio de e-mail ao endereço eletrônico: cplcglsegep@gmail.com

10. IMPUGNAÇÕES AO EDITAL

10.1. Qualquer cidadão é parte legítima para impugnar o **EDITAL**, mediante comunicação escrita e protocolizada na SEGEp/PMB, no endereço Av. Governador José Malcher, nº 2110, Bairro São Brás, CEP 66060-230, Belém – PA, ou envio de e-mail ao endereço eletrônico: cplcglsegep@gmail.com, endereçando-a a **COMISSÃO**.

10.1.1. O documento deverá conter a identificação completa do autor da impugnação, assinatura de seu representante legal (se pessoa jurídica) e cópia simples do documento que comprove esta condição, em até 5 (cinco) dias úteis antes da data estipulada para

entrega da **DOCUMENTAÇÃO**, conforme dispõe o artigo 41, parágrafo 1º, da Lei Federal nº 8.666/93.

10.2. Decairá do direito de impugnar o **EDITAL** a **LICITANTE** que não o fizer até o 2º (segundo) dia útil que anteceder a data de entrega da **DOCUMENTAÇÃO**, conforme dispõe o artigo 41, parágrafo 2º, da Lei Federal nº 8.666/93.

11. ALTERAÇÕES DO EDITAL

11.1. Em qualquer ocasião, até a data de entrega da **DOCUMENTAÇÃO**, a **COMISSÃO**, a seu exclusivo critério, em consequência de esclarecimentos, impugnações ao **EDITAL** ou qualquer outro motivo de interesse público, poderá alterar o **EDITAL**.

11.2. Todas as alterações ao **EDITAL** serão publicadas no Diário Oficial do Município de Belém, Diário Oficial da União e em jornal de grande circulação Regional e Nacional, além de serem disponibilizadas aos licitantes através do site desta Prefeitura, <http://www.belem.pa.gov.br/licitacao/licitacao/consulta> e www.comprasgovernamentais.gov.br

11.3. Caso as alterações ao **EDITAL** impliquem, inquestionavelmente, modificações na formulação das **PROPOSTAS**, será reaberto prazo, conforme dispõe o artigo 21, parágrafo 40, da Lei Federal nº 8.666/93.

CAPÍTULO III - DA LICITAÇÃO

12. DOS CUSTOS DAS LICITANTES

12.1. Todas e quaisquer despesas e/ou custos incorridos pelas **LICITANTES** em razão da presente **LICITAÇÃO**, incluindo os gastos relativos à preparação da **DOCUMENTAÇÃO**, correrão às suas expensas, sendo de sua exclusiva responsabilidade e risco, ficando o **PODER CONCEDENTE** isento de qualquer responsabilidade ou ressarcimento, independentemente do resultado da **LICITAÇÃO**.

13. DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

Seção I - Situação das LICITANTES

13.1. Poderão participar da **LICITAÇÃO** empresas, isoladamente ou reunidas em **CONSÓRCIO**, que satisfaçam plenamente todas as exigências e condições deste **EDITAL** e da legislação pertinente.

13.2. É vedada a participação de empresas:

- a.** Estrangeiras, que não possuam decreto de autorização de funcionamento no Brasil e estejam devidamente registradas no Brasil, nos termos da legislação em vigor;
- b.** Declaradas inidôneas para licitar ou contratar com a Administração Pública;
- c.** Com suspensão do direito de participar em licitações ou impedidas de contratar como **MUNICÍPIO**;
- d.** Em processo de falência ou recuperação judicial;
 - d.1.** Será permitida a participação de empresas que se encontrem em processo de recuperação judicial, desde que seja apresentado o Plano de Recuperação Judicial já homologado pelo juízo competente e em pleno vigor;
- e.** Enquadradas nas disposições do art. 9º, da **LEI DE LICITAÇÕES**, com suas alterações posteriores;
- f.** Isoladamente, quando integrante de **CONSÓRCIO** participante nesta licitação;
- g.** Interditadas pela prática de crimes ambientais, nos termos do artigo 10 da Lei Federal nº 9.605/1998;
- h.** Cujos representantes legais, dirigentes, gerentes, sócios ou controladores, responsáveis técnicos ou legais tenham sido servidores ou dirigentes de quaisquer órgãos ou entidades vinculadas ao **MUNICÍPIO** no último ano anterior a esta **LICITAÇÃO**;

- i. Que sejam, direta ou indiretamente, controladas, geridas ou sob vinculação hierárquica a qualquer ente da Administração Pública Federal, Estadual ou Municipal;
- j. Constituídas sob a forma de fundações, fundos ou entidades de previdência complementar, ou fundos de investimento em participações;
- k. Constituídas sob a forma de cooperativa.

13.3. Quando se tratar de empresas reunidas em **CONSÓRCIO**, estes deverão ser compostos por, no máximo, 04 (quatro) empresas.

13.4. O **PODER CONCEDENTE** manterá à disposição dos interessados os demais dados, estudos e informações referentes ao objeto da **LICITAÇÃO**, para exame na sede da SESAN.

13.5. Todas e quaisquer despesas e/ou custos incorridos pelos **LICITANTES** em razão da presente **LICITAÇÃO** correrão às suas expensas, sendo de sua exclusiva responsabilidade e risco, ficando o **PODER PÚBLICO** isento de qualquer responsabilidade ou ressarcimento, independentemente do resultado da **LICITAÇÃO**.

13.6. As sociedades estrangeiras deverão, como condição indispensável de participação nesta **LICITAÇÃO**, possuir decreto de autorização de funcionamento e representante residente no Brasil com mandato para representá-las em quaisquer atos relacionados a presente **LICITAÇÃO**, podendo, inclusive, receber citações e responder administrativa e judicialmente pelos atos praticados em nome de tais sociedades.

13.7. Às sociedades estrangeiras aplicam-se todos os termos e condições contidos neste **EDITAL**, com as regras nele previstas para tais sociedades.

13.8. Nos exatos termos deste **EDITAL**, as atividades que compõem o **OBJETO** serão realizadas por, no mínimo, uma **SPE**, sendo permitida a subcontratação de empresas, conforme previsto no artigo 25 da Lei Federal n.º 8.987/1995, denominadas simplesmente **SUBCONTRATADAS**, para a prestação de parcela do **OBJETO**, nos termos deste **EDITAL** e do **CONTRATO**.

13.8.1. É facultado à **CONCESSIONÁRIA** a subcontratação das **OBRAS** e dos **INVESTIMENTOS** necessários à implantação do **OBJETO**, notadamente, mas sem se limitar, as **INSTALAÇÕES OPERACIONAIS**.

13.8.2. A entidade que celebrar contrato com a **CONCESSIONÁRIA** para fornecimento de materiais, equipamentos ou serviços na forma parcelada ou financiada poderá ser reconhecida como **FINANCIADOR**, caso o contrato de fornecimento contenha, de forma clara, a descrição de uma operação de financiamento à **CONCESSIONÁRIA** por parte desse fornecedor, com as datas previstas para liquidação, taxas de juros e demais parâmetros, nos termos da Cláusula 18 do **CONTRATO**.

Seção II - CONSÓRCIOS

13.9. Os **CONSÓRCIOS** deverão atender ao disposto no art. 33 da Lei Federal n.º 8.666/1993, e suas alterações, ficando ainda sua participação condicionada ao cumprimento dos requisitos contidos na presente Subseção.

13.10. Cada **CONSORCIADO** deverá atender individualmente às exigências relativas à habilitação jurídica, regularidade fiscal e trabalhista, nos termos do **EDITAL**.

13.11. As exigências de qualificação técnica deverão ser atendidas pelo **CONSÓRCIO**, por intermédio de qualquer dos **CONSORCIADOS** isoladamente ou pela soma das qualificações técnicas apresentadas pelos **CONSORCIADOS**, nos termos deste **EDITAL**.

13.12. Deverá ser apresentado, nos documentos relativos à habilitação jurídica, compromisso de constituição de **SOCIEDADE DE PROPÓSITO ESPECÍFICO**, subscrito por todas as consorciadas, contemplando:

- a. Denominação do **CONSÓRCIO**;
- b. Composição do **CONSÓRCIO**, indicando o percentual de participação de cada empresa consorciada;
- c. Organização do **CONSÓRCIO**;
- d. Objetivo do **CONSÓRCIO**;

- e. Indicação da Empresa Líder que representará o **CONSÓRCIO** perante o **PODER CONCEDENTE**, durante a **LICITAÇÃO**;
- f. Duração da futura **SPE**, a ser constituída pelo **CONSÓRCIO**, equivalente ao prazo do futuro contrato, se este vier a ser firmado;
- g. Compromissos e obrigações de cada uma das empresas consorciadas, em relação ao objeto desta **LICITAÇÃO**, em especial e expressamente:
 - g.1. Que cada uma delas responderá, individual e solidariamente, por suas obrigações de ordem fiscal e administrativa, durante todo o trâmite da presente **LICITAÇÃO** e até a assinatura do **CONTRATO** a ser firmado com a futura **SPE**;
 - g.2. Responsabilidade solidária das integrantes pelos atos praticados sob **CONSÓRCIO**, na fase de **LICITAÇÃO**, bem como pelos atos praticados pela futura **SPE** na execução do **CONTRATO**, e multas e indenizações em decorrência de ato ilícito ou descumprimento do **CONTRATO** e pelos seus encargos fiscais;
 - g.3. Que o **CONSÓRCIO** não terá sua composição ou constituição alterada ou, sob qualquer forma modificada, sem prévia autorização do **PODER CONCEDENTE**;
 - g.4. Que a futura **SPE** não terá sua composição ou constituição alterada ou, sob qualquer forma modificada, sem prévia autorização do **PODER CONCEDENTE**, observado o disposto na Cláusula 8ª do ANEXO I;
 - g.5. Que a Empresa Líder responsável pelo **CONSÓRCIO** se responsabilize, solidariamente à **SPE**, pela execução do **CONTRATO**, se este vier a ser firmado, sem prejuízo da responsabilidade de cada uma das demais integrantes do **CONSÓRCIO**, sob os aspectos técnicos e administrativos, além das obrigações previstas nesta **LICITAÇÃO**.
- h. Obrigação das empresas consorciadas de, no caso de adjudicação do objeto da presente **LICITAÇÃO**, e antes da celebração de eventual **CONTRATO**, promover a constituição e o registro do Instrumento de Constituição de **SPE**, de acordo com a proporção prevista no Instrumento de Compromisso de Constituição de Sociedade de Propósito Específico, que firmará o **CONTRATO**;
- i. Resolução do **CONSÓRCIO** após a constituição da **SPE** que firmará o **CONTRATO**;

- j. A representação oficial do **CONSÓRCIO**, neste procedimento licitatório, caberá à Empresa Líder, obrigatoriamente uma empresa brasileira, caso haja sociedades brasileiras e estrangeiras em um mesmo **CONSÓRCIO**, que indicará formalmente o representante autorizado, na forma determinada no presente **EDITAL**;
- k. A Empresa Líder deve ter poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente pelas demais consorciadas – outorgada mediante procuração com firma reconhecida dos representantes legais das empresas consorciadas e do representante da Empresa Líder –, bem como para representar o **CONSÓRCIO** em todas as fases do presente procedimento licitatório, podendo, inclusive, interpor e desistir de recursos, firmar atas, contratos e praticar todos os atos necessários à perfeita execução de seu objeto, até a sub-rogação de direitos à futura **SPE**.

13.13. Os integrantes do **CONSÓRCIO** serão solidariamente responsáveis, perante o **PODER PÚBLICO**, pelos atos praticados durante a **LICITAÇÃO**.

13.13.1. A responsabilidade solidária dos **CONSORCIADOS** cessará, para fins das obrigações assumidas em virtude da presente **LICITAÇÃO**, (i) no caso de o **CONSÓRCIO** ter sido a **LICITANTE VENCEDORA**, após a assinatura do **CONTRATO**, e (ii) no caso de o **CONSÓRCIO** não ter sido a **LICITANTE VENCEDORA**, em até 30 (trinta) dias contados da data de assinatura do **CONTRATO**.

13.14. Nenhuma sociedade empresária que participar da **LICITAÇÃO** poderá integrar mais de uma **PROPOSTA**, seja na forma de **CONSÓRCIO** ou isoladamente, sob pena de desclassificação.

13.15. É vedada a apresentação simultânea de **PROPOSTAS** de:

- i. 02 (duas) ou mais sociedades empresárias pertencentes a um mesmo **GRUPO ECONÔMICO**, ou que possuam, entre si, vínculo de **CONTROLE**;

- ii. 02 (dois) ou mais **CONSÓRCIOS** que tenham em suas respectivas composições, sociedades empresárias pertencentes a um mesmo **GRUPO ECONÔMICO**, ou que possuam, entre si, vínculo de **CONTROLE**; e
- iii. (01) uma sociedade empresária e
- iv. (01) um **CONSÓRCIO** que tenha em sua composição sociedade empresária pertencente ao mesmo **GRUPO ECONÔMICO** da primeira, ou que possua vínculo de **CONTROLE** com ela, sob pena de desclassificação de ambos os **LICITANTES**.

13.16. A inabilitação ou desclassificação de qualquer consorciada acarretará, automaticamente, a inabilitação do **CONSÓRCIO** da presente **LICITAÇÃO**.

13.17. O **CONSÓRCIO** vencedor deverá promover, antes da celebração do **CONTRATO**, a constituição da **SPE**, nos termos do art. 9º da Lei Federal nº 11.079/2004 e conforme as regras previstas neste **EDITAL**, observando, na composição de seu capital social, o estabelecido no **CONTRATO** e mantendo participações idênticas àquelas constantes do termo de compromisso de constituição de **SPE** apresentado na **LICITAÇÃO**.

13.18. Não serão admitidas a inclusão, a substituição, a retirada ou a exclusão dos **CONSORCIADOS** até a assinatura do **CONTRATO**, a partir do que deverão ser observadas as regras de transferência da **CONCESSÃO** e de transferência do **CONTROLE** da **CONCESSIONÁRIA** previstas no **CONTRATO**.

Seção III - Aquisição do EDITAL

13.19. A aquisição do **EDITAL** pela **LICITANTE** deverá ocorrer gratuitamente através do site <http://www.belem.pa.gov.br/licitacao/licitacao/consulta> e www.comprasgovernamentais.gov.br

Seção IV – Aceitação dos Termos do Edital

13.20. A participação da **LICITAÇÃO** implica a integral e incondicional aceitação de todos os termos e exigências do **EDITAL** e seus **ANEXOS**, sendo vedadas alegações posteriores de

desconhecimento ou discordância de suas condições, bem como das normas regulamentares pertinentes.

Seção V – Exigências do EDITAL

13.21. As **LICITANTES** deverão examinar, cuidadosamente, todas as instruções, condições, quadros, estudos e projetos disponíveis, bem como toda a legislação pertinente e outras referências mencionadas no **EDITAL** e nos seus **ANEXOS**.

13.21.1. As informações, estudos, pesquisas, investigações, levantamentos, projetos, planilhas e demais documentos ou dados relacionados à **CONCESSÃO** e disponibilizados pelo **PODER CONCEDENTE** para fins de elaboração das **PROPOSTAS** têm caráter meramente referencial e não vinculante. Eventuais deficiências no atendimento aos requisitos e exigências para a apresentação da **DOCUMENTAÇÃO**, inclusive, formulação das **PROPOSTAS** serão consideradas de responsabilidade exclusiva das **LICITANTES**.

13.22. A **DOCUMENTAÇÃO** que não atender aos requisitos estipulados no **EDITAL** implicará a inabilitação ou desclassificação das **LICITANTES**, conforme o caso.

Seção VI - Das ÁREAS e Demais Instalações Relacionadas aos SERVIÇOS

13.23. As **LICITANTES** deverão visitar as **ÁREAS** e demais instalações atualmente existentes no âmbito da **CONCESSÃO**, que sejam relacionadas aos Serviços Públicos Especializados de Limpeza Urbana e Manejo de Resíduos Sólidos no Município de Belém, obtendo para si, às suas expensas e sob sua responsabilidade, todas informações necessárias à preparação da **DOCUMENTAÇÃO**, vedadas proposições posteriores de modificação do preço, prazo ou outras condições ou, ainda, alegações de prejuízos ou reivindicações sob o pretexto de insuficiência de informações acerca do objeto do presente **EDITAL**.

13.23.1. A visita às **ÁREAS** e às demais instalações existentes no âmbito **CONCESSÃO** será agendada, através de contatos realizados por meio de e-mail ou telefone indicados neste **EDITAL**.

13.23.2. A visita às instalações existentes na **ÁREA DA CONCESSÃO** poderá ser realizada até o terceiro dia útil anterior à data da realização da Sessão Pública de apresentação dos **DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO**.

13.23.3. No momento da realização da visita técnica, o representante da **LICITANTE** deverá apresentar documento que o identifique com foto.

13.24. Ao término da visita, será entregue à **LICITANTE**, pelo representante do **PODER CONCEDENTE**, o respectivo Atestado de Visita Técnica às **ÁREAS** e demais instalações existentes na **ÁREA DA CONCESSÃO**, a ser emitido em nome da **LICITANTE**, que deverá ser anexado ao envelope referente aos **DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO**, nos termos deste **EDITAL**.

13.24.1. No caso de **LICITANTES** reunidas em **CONSÓRCIO**, a visita poderá ser realizada por representante de apenas um de seus membros, líder ou não, desde que tal representante atenda ao disposto neste **EDITAL**.

13.24.2. Caso a **LICITANTE** não queira realizar a visita técnica, deverá assinar Declaração de Renúncia da Visita Técnica conforme modelo do **ANEXO III.13 - Declaração de Renúncia de Visita Técnica**.

13.25. A **CONCESSIONÁRIA** não terá direito de qualquer reclamação, indenização, reivindicação de pagamento adicional, inclusive para a finalidade de justificativa de atrasos ou prorrogação de prazos contratuais, por motivos de dificuldades ou transtornos de qualquer natureza relativamente às condições existentes nas **ÁREAS** e demais instalações existentes.

13.26. Todos os dados referentes às **ÁREAS** e demais instalações existentes estarão disponíveis para as **LICITANTES** na sede da Prefeitura Municipal de Belém, para exame e cópia reprográfica, mediante requerimento e procuração.

Seção VII – Da Responsabilidade

13.27. A **CONCESSIONÁRIA** deverá se responsabilizar pelos bens móveis e imóveis que lhe serão transferidos, conforme relação de itens do inventário a serem indicados.

14. DO CREDENCIAMENTO

14.1. Dos interessados em participar da reunião de abertura dos envelopes, representando as **LICITANTES**, será exigido seu credenciamento, mediante a apresentação da Carta de Credenciamento, nos moldes do **ANEXO III.2 - Carta de Credenciamento e Poderes dos Representantes** deste **EDITAL**, devidamente assinada pelo seu representante legal, outorgando amplos poderes de decisão ao credenciado, inclusive para receber informações e, eventualmente, desistir de recursos, bem como dos seus documentos pessoais com foto.

14.2. A Carta de Credenciamento da **LICITANTE** deverá ser acompanhada da documentação legal (Estatuto Social, Ata de Eleição e Posse etc.) que comprove os poderes de quem outorga o credenciado.

14.2.1. Em caso de **CONSÓRCIO**, deverá a Carta de Credenciamento da **LICITANTE** ser acompanhada do competente Instrumento Particular de Compromisso de Constituição de **SPE**.

14.3. As Cartas de Credenciamento deverão ser exibidas à **COMISSÃO**, pelos portadores, juntamente com documento pessoal que comprove sua identidade, antes do início dos trabalhos de abertura dos envelopes, ficando retidas e juntadas aos autos. O documento exigido no item acima poderá, a critério do representante legal da **LICITANTE**, ser substituído por procuração pública.

14.4. Caso o credenciado seja titular sócio ou diretor da **LICITANTE**, deverá apresentar documento que comprove seus poderes para representá-la.

14.5. A não apresentação ou incorreção do documento do credenciado ou representante legal não inabilitará ou desclassificará a **LICITANTE**, mas impedirá o credenciado ou representante legal de se manifestar ou responder pela **LICITANTE**, nas respectivas sessões, cabendo tão somente ao não credenciado o acompanhamento do desenvolvimento dos

procedimentos, desde que não interfira de modo a perturbar ou impedir a realização dos trabalhos, conforme dispõe o artigo 4º da Lei Federal nº 8.666/93.

14.6. Para o bom andamento dos trabalhos, cada **LICITANTE**, inclusive no caso de **CONSÓRCIO**, deverá indicar, no máximo, 02 (dois) representantes, que serão os únicos com poderes para se manifestar, isoladamente ou em conjunto, durante o processo de **LICITAÇÃO**.

14.7. Todas as manifestações cabíveis deverão ser feitas por escrito, sendo anexadas aos autos vedada a réplica ou a tréplica oral durante as sessões, aplicando-se, no que couber, as disposições contidas na Lei Federal nº 8.666/93.

15. DA APRESENTAÇÃO DA DOCUMENTAÇÃO

15.1. A **GARANTIA DE PROPOSTA**, os **DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO**, a **PROPOSTA TÉCNICA** e a **PROPOSTA COMERCIAL** deverão ser apresentados conforme o que se segue:

- a) As folhas deverão estar numeradas em ordem crescente, da primeira à última, e deverão estar presas umas às outras, vistas em todas as folhas e assinadas, sempre que couber, na última página, pelo representante legal da **LICITANTE**;
- b) Todos os documentos apresentados na presente **LICITAÇÃO** deverão ser entregues em língua portuguesa, datilografados ou impressos de forma legível;
- c) Qualquer documento em língua estrangeira deve ser acompanhado de tradução para a língua portuguesa por tradutor juramentado, sendo que documentos estrangeiros deverão estar devidamente consularizados no Consulado Brasileiro no País de origem dos respectivos documentos, respeitado o disposto na Convenção sobre a Eliminação da Exigência de Legalização de Documentos Públicos Estrangeiros, promulgado por meio do Decreto Federal nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016;
- d) A **DOCUMENTAÇÃO** deverá ser apresentada em original ou cópia por qualquer processo de autenticação, sem emendas ou rasuras;
- e) Deve ser apresentada única e exclusivamente a **DOCUMENTAÇÃO** exigida neste **EDITAL**, em 01 (uma) via, evitando-se duplicidade ou inclusão de documentos dispensáveis ou não solicitados;

- f) É vedada a inclusão posterior de documento ou informação que deveria constar originariamente da **DOCUMENTAÇÃO**;
- g) Os **DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO** deverão vir acompanhados de Termo de Compromisso (**ANEXO III.1 – Termo de Compromisso**) e Carta de Apresentação dos Documentos de Habilitação (**ANEXO III.5 - Carta de Apresentação dos Documento de Habilitação**);
- h) A **PROPOSTA COMERCIAL** deverá vir acompanhada de Carta de Apresentação da Proposta Comercial (**ANEXO III.4 – Carta de Apresentação da Proposta Comercial**), e dos demais documentos informados no **ANEXO III – DIRETRIZES PARA ELABORAÇÃO DA PROPOSTA COMERCIAL**;
- i) A **PROPOSTA TÉCNICA** deverá vir acompanhada de Carta de Apresentação dos Documentos da Proposta Técnica (**ANEXO III.3 – Carta de Apresentação da Proposta Técnica**).

15.2. A GARANTIA DE PROPOSTA, a PROPOSTA TÉCNICA e a PROPOSTA COMERCIAL, e os DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO, exigidos nesta LICITAÇÃO deverão ser apresentados em 04 (quatro) envelopes opacos, fechados, indevassáveis, distintos e identificados da seguinte forma:

- a) Envelope com **GARANTIA DE PROPOSTA**:

MUNICÍPIO DE BELÉM
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 02/2023
ENVELOPE Nº 01 – GARANTIA DE PROPOSTA

- b) Envelope com **DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO**:

MUNICÍPIO DE BELÉM
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 02/2023
ENVELOPE Nº 02 - DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

- c) Envelope com **PROPOSTA COMERCIAL**:

MUNICÍPIO DE BELÉM
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 02/2023
ENVELOPE Nº 03 -PROPOSTA COMERCIAL

d) Envelope com **PROPOSTA TÉCNICA**:

MUNICÍPIO DE BELÉM
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 02/2023
ENVELOPE Nº 04 – PROPOSTA TÉCNICA

15.3. Em todos os envelopes deverá constar também a razão social, o endereço completo da **LICITANTE**, seu telefone, fax e e-mail, se houver.

15.4. Quando da apresentação da **GARANTIA DE PROPOSTA**, dos **DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO**, da **PROPOSTA TÉCNICA** e da **PROPOSTA COMERCIAL**, as **LICITANTES** expressam pleno conhecimento de que:

- a) Respondem pela veracidade e autenticidade das informações constantes dos documentos que apresentarem;
- b) Autorizam a **COMISSÃO** a proceder, em qualquer fase da **LICITAÇÃO**, às diligências que entender necessárias destinadas a esclarecer ou a complementar a instrução do processo, sendo vedada a inclusão posterior de documento ou informação que deveria constar originariamente dos envelopes;
- c) Os serviços objeto da presente **LICITAÇÃO** estão perfeitamente caracterizados e definidos neste **EDITAL** e nos seus Anexos, sendo suficientes para sua total e exata compreensão;
- d) Conhecem as condições das **ÁREAS** e demais instalações existentes, relacionadas aos **SERVIÇOS**, não podendo invocar ignorância, em nenhuma circunstância, como impedimento para o perfeito cumprimento de suas obrigações;
- e) Para todos os efeitos, aceitam irrestrita e irretratavelmente todos os termos deste **EDITAL** e seus **ANEXOS**.

15.5. Não serão aceitas, posteriormente à entrega da **GARANTIA DE PROPOSTA**, dos **DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO**, da **PROPOSTA TÉCNICA** e da **PROPOSTA COMERCIAL**, modificações e complementações sob alegação de insuficiência de dados ou informações, salvo aquelas necessárias ao saneamento de falhas ou correções de caráter formal no curso do procedimento, e desde que realizadas no prazo estipulado pela **COMISSÃO**.

15.6. Além das prerrogativas que decorram da sua função, a **COMISSÃO** poderá:

- a) solicitar às **LICITANTES**, a qualquer momento, esclarecimentos sobre os documentos por eles apresentados;
- b) promover diligência destinada a esclarecer ou a complementar a instrução da **LICITAÇÃO**, podendo se valer do apoio de equipe técnica;
- c) prorrogar ou antecipar, respeitados os limites legais, os prazos de que trata o **EDITAL**, em caso de interesse público, caso fortuito ou força maior;
- d) suspender qualquer sessão pública, no curso do procedimento de licitação, convocando as **LICITANTES** para outra sessão, em local, data e horário oportunamente divulgados no Diário Oficial do Município.

15.7. Os **LICITANTES** devem examinar todas as disposições deste **EDITAL** e seus **ANEXOS**, implicando a apresentação de documentação e respectivas propostas na aceitação incondicional dos termos deste instrumento convocatório.

15.8. Após a entrega dos envelopes, não caberá ao **LICITANTE** desistir de sua proposta, salvo por motivo justo decorrente de fato superveniente e aceito pela **COMISSÃO**.

16. GARANTIA DE PROPOSTA – ENVELOPE Nº 01

16.1. A **LICITANTE** deverá apresentar comprovante de **GARANTIA DE PROPOSTA**, no valor de R\$ 9.267.638,97 (nove milhões, duzentos e sessenta e sete mil, seiscentos e trinta e oito reais e noventa e sete centavos), correspondente a 1% (um por cento) do **VALOR DOS INVESTIMENTOS ESTIMADOS**, com prazo mínimo de 180 (cento oitenta) dias contados da **DATA DE APRESENTAÇÃO DAS PROPOSTAS**, em qualquer uma das seguintes

modalidades, conforme estabelecido no **ANEXO III.15 – Elementos de Garantia de Proposta:**

- a) Em moeda corrente do País, através de depósito identificado, , juntando o comprovante no envelope; Optando por esta modalidade, poderá o **LICITANTE** solicitar os dados da referida conta bancárias através do e-mail: cplcglsegep@gmail.com;
- b) Em títulos da dívida pública, emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil e avaliados pelos seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério da Economia, desde que não gravados com cláusula de inalienabilidade e impenhorabilidade;
- c) Seguro-garantia, fornecido por seguradora (instituição brasileira ou internacional autorizada a funcionar no Brasil), de acordo com os termos da circular da SUSEP nº 662/2022, ou posterior que a substitua; ou
- d) Fiança bancária, com cláusula específica de renúncia, pelo fiador, ao benefício de ordem a que se refere o art. 827 do Código Civil, e que lhe obrigue de forma solidária com o **LICITANTE VENCEDOR**, devendo ser observado o disposto nos artigos 835 e 838 do Código Civil.

16.2. Em caso de **CONSÓRCIO**, a **GARANTIA DE PROPOSTA** poderá ser prestada por uma única pessoa jurídica que o compõe ou dividida entre uma ou mais consorciadas.

16.3. A **GARANTIA DE PROPOSTA** deverá ter a mesma validade da **PROPOSTA COMERCIAL** a ser apresentada pela **LICITANTE**, ou o prazo de 180 (cento e oitenta) dias, o que for maior podendo ser renovada por iguais ou menores períodos.

16.3.1. Para os **LICITANTES** desclassificados na fase de abertura da **PROPOSTA TÉCNICA** e da **PROPOSTA COMERCIAL**, a **GARANTIA DE PROPOSTA** será devolvida após a abertura dos **DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO**, ou no prazo máximo de 60 (sessenta) dias após a data de apresentação da documentação.

16.3.2. Para os **LICITANTES** que forem inabilitados na fase de abertura dos

DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO, a **GARANTIA DE PROPOSTA** será devolvida no prazo de 60 (sessenta) dias após homologação do objeto desta **LICITAÇÃO** ao **LICITANTE VENCEDOR**.

16.4. Havendo prorrogação do período de validade das **PROPOSTAS**, as **LICITANTES** estão obrigadas a imediatamente apresentar à **COMISSÃO**, o respectivo instrumento de prorrogação proporcional da **GARANTIA DE PROPOSTA**, ou a sua substituição por uma das outras modalidades previstas neste **EDITAL**, sob pena de desclassificação por motivo superveniente.

16.5. A **GARANTIA DE PROPOSTA** será executada se o **ADJUDICATÁRIO** não assinar o **CONTRATO**, salvo por motivo de força maior, e assegurará, também, o pagamento correspondente às multas, penalidades e indenizações devidas pela **LICITANTE** ao **PODER CONCEDENTE**, em virtude da **LICITAÇÃO**.

17. DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO – ENVELOPE Nº 02

17.1 Os **DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO** deverão ser entregues em 01 (uma) via, sendo original ou cópia autenticada por cartório competente ou por servidor da administração ou publicação em órgão da imprensa oficial, sem emendas ou rasuras.

17.2 As **LICITANTES** estão obrigadas a satisfazer as exigências relativas à habilitação jurídica, qualificação técnica, qualificação econômico-financeira e regularidade fiscal e trabalhista, conforme disposto no art. 27, da **LEI DE LICITAÇÕES**.

17.3 As certidões exigidas para habilitação das **LICITANTES** emitidas sem indicação do prazo de validade serão consideradas válidas pelo prazo de 90 (noventa) dias, contados da data de sua emissão.

17.4 Serão admitidas certidões obtidas pela internet, desde que tenham sido emitidas por sítio eletrônicos oficiais e que o documento contenha a indicação do sítio eletrônico em que poderá ser verificada a autenticidade da informação.

17.5 Não serão aceitos comprovante(s) de solicitação de certidões para efeitos de habilitação na **LICITAÇÃO**.

17.6 O não atendimento de qualquer das condições aqui previstas provocará a inabilitação do **LICITANTE**.

17.7 HABILITAÇÃO JURÍDICA - A habilitação jurídica da **LICITANTE** se comprovará mediante:

- a) No caso de empresa individual, apresentação do registro comercial da **LICITANTE**;
- b) Em se tratando de sociedades empresárias, apresentação do ato constitutivo, estatuto ou contrato social da **LICITANTE** que estiver em vigor, ou o respectivo instrumento de consolidação estatutária ou contratual em vigor com as posteriores alterações, se houver, devidamente registrados no órgão de registro do comércio do local de sua sede, e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores, e respectivas publicações nos termos da legislação vigente;
- c) No caso de sociedades civis, apresentação da inscrição do ato constitutivo da **LICITANTE** e todas as suas alterações subsequentes em vigor, devidamente inscritos no Cartório de Registro Civil das Pessoas Jurídicas, acompanhada de documento que demonstre a diretoria em exercício;
- d) Apresentação de Decreto de Autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente;
- e) No caso de **CONSÓRCIO**, além dos documentos acima relacionados, a serem apresentados por cada empresa consorciada, deverá ser apresentado instrumento de compromisso de constituição de **SPE**, a ser apresentado pela Empresa Líder do consórcio, nos termos deste **EDITAL**.

17.8 REGULARIDADE FISCAL E TRABALHISTA - A regularidade fiscal e trabalhista da **LICITANTE** se comprovará mediante:

- a) comprovação de registro no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas do Ministério da Fazenda— CNPJ/MF;

- b) comprovação de registro no Cadastro de Contribuintes municipal relativo ao domicílio ou sede do **LICITANTE**;
- c) comprovação de registro no cadastro de contribuintes estadual relativo ao domicílio ou sede do **LICITANTE**, caso aplicável; para os contribuintes isentos, declaração de não contribuinte do ICMS, firmada pelos administradores da **LICITANTE** e sob sua responsabilidade, devidamente formalizada nos termos deste **EDITAL**;
- d) comprovação de regularidade junto à Fazenda Nacional, mediante certidão negativa conjunta de débitos relativos aos tributos e contribuições federais e à dívida ativa da União, emitida pela Secretaria da Receita Federal do Brasil e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional;
- e) comprovação de regularidade junto à Fazenda Estadual, abrangendo todos os tributos administrados pelo Estado, mediante apresentação de certidão(ões), e Certidão Negativa de Débito ou Certidão de Situação Fiscal, com efeito de Negativa, junto à Fazenda Estadual da sede do **LICITANTE**;
- f) comprovação de regularidade junto à Fazenda Municipal do domicílio ou sede do **LICITANTE**, abrangendo os tributos mobiliários administrados pelo município, mediante apresentação de certidão(ões) expedida(s) pelo órgão municipal competente;
- g) comprovação de regularidade junto à Secretaria Municipal da Fazenda de Belém, ressalvado o disposto no item 17.8.1.;
- h) comprovação de situação regular perante o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – **FGTS**, mediante certificado expedido pela Caixa Econômica Federal;
- i) comprovação de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação da correspondente Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – **CNDT**; e
- j) comprovação de inexistência de infrações trabalhistas, decorrentes de autuações por utilização de mão-de-obra infantil, nos últimos 10 (dez) anos nos termos da Lei Municipal nº 9.209-A/2016, mediante apresentação da correspondente Certidão Negativa de Infrações Trabalhistas – **CNIT**, emitida pelo Ministério do Trabalho.

17.8.1. Caso o **LICITANTE** não esteja cadastrado como contribuinte no Município de Belém, deverá apresentar declaração firmada pelo seu representante legal/procurador, sob as penas da lei, do não cadastramento e de que nada deve à Fazenda do Município de Belém, constante no **ANEXO III.18 – Declaração de não Cadastramento Perante a Secretaria da Fazenda de Belém.**

17.8.2. Serão aceitas como comprovação de regularidade fiscal e trabalhista certidões negativas ou certidões positivas com efeito de negativas.

17.8.3. Os documentos e certidões apresentados devem se encontrar válidos na **DATA DE ENTREGA DAS PROPOSTAS.**

17.8.4. As Microempresa e Empresa de Pequeno Porte deverão apresentar os documentos, acima mencionados, mesmo que estes apresentem alguma restrição, nos termos do art. 43, da Lei Complementar Federal nº 123/2006.

17.8.4.1. Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal e trabalhista, será assegurado o prazo de 5 (cinco) dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o **LICITANTE** for declarado vencedor do certame, prorrogável por igual período, a critério da Administração, para regularização da documentação, para pagamento ou parcelamento do débito e para emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa.

17.8.4.2. A não-regularização da documentação, no prazo previsto no § 1º do artigo 43 da Lei Complementar 123/06, implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no art. 81 da Lei Federal nº 8.666/93, sendo facultado à Administração convocar os **LICITANTES** remanescentes, na ordem de classificação, para assinatura do contrato, ou revogar a **LICITAÇÃO.**

17.9 QUALIFICAÇÃO TÉCNICA - A demonstração da qualificação técnica da **LICITANTE** consistirá na apresentação dos seguintes documentos:

17.9.1 Comprovação de registro ou inscrição no Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia (CREA), da sede da **LICITANTE** e de seu(s) responsável(is) técnico(s), comprovando a regularidade da inscrição, obedecidas as disposições do Conselho Federal de Engenharia, Arquitetura e Agronomia.

17.9.2 Comprovação de aptidão técnica da **LICITANTE** de capacidade operacional da empresa para desempenho de atividades pertinentes e compatíveis com o objeto da **LICITAÇÃO**, por meio de atestado(s) fornecido(s) por pessoa(s) jurídica(s) de direito público e/ou privado, devidamente registrado no Conselho Profissional Competente, e que comprove(m) que a **LICITANTE** executou, satisfatoriamente, obra(s) e/ou serviço(s) de característica(s) semelhante(s) e de complexidade tecnológica e operacional, **por um período mínimo e ininterrupto de 12 (doze) meses**, considerados de maior relevância técnica e valor significativo, equivalente(s) ou superior(es) aos discriminados a seguir:

A- Manejo de Resíduos:

- Execução dos serviços de Coleta manual e mecanizada e transporte de resíduos sólidos domiciliares, incluindo coleta de regiões insulares (ilhas) e coleta em locais de difícil acesso na quantidade mínima de 169.787 ton/ano
- Execução dos serviços de Coleta manual e mecanizada e transporte de entulho / resíduos inertes na quantidade mínima de 132.752,17 ton/ano
- Execução dos serviços de Coleta, Transporte, Tratamento e Destinação Final dos Resíduos de Serviços de Saúde (RSS) na quantidade mínima de 193 ton/ano

B- Limpeza Urbana:

- Execução dos serviços de varrição manual de resíduos em vias e logradouros públicos na quantidade mínima de 56.880 Km/guia/ano
- Execução de varrição mecanizada de vias e logradouros, com varredeira autopropelida

C- Implantação e Operação de Sistemas Operacionais de Transbordo e Tratamento de Resíduos:

- Implantação e Operação de Central de Tratamento de Resíduos Sólidos Domiciliares e

Urbanos com as unidades operacionais e demais recursos indicados no Anexo II – Termo de Referência, incluindo unidade de Aterro Sanitário com recebimento de quantidade mínima de 1.100 t/dia de resíduos e Estação de Tratamento de Chorume – ETC – com capacidade mínima de 1.000 m³ por dia de vazão.

- Implantação e Operação de Estação de Transbordo (Transferência) de Resíduos Sólidos Urbanos - ETR, incluindo o Transporte até o Tratamento e/ou Destinação final, com os recursos operacionais indicados no Anexo II – Termo de Referência e capacidade mínima de 415.058 ton/ano.

17.9.3. Comprovação de aptidão técnica do(s) profissional(is), por meio da apresentação de atestado de responsabilidade técnica de profissional(is) de nível superior que seja(m), comprovadamente, pertencente(s) ao quadro permanente da empresa **LICITANTE** na data de apresentação da **DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO** e que comprove(m) ter(em) sido, o(s) referido(s) profissional(is), o(s) responsável(is) pela execução das seguintes obras e serviços, relativas às parcelas de maior relevância:

- Execução dos serviços de Coleta manual e mecanizada e transporte de resíduos sólidos domiciliares, incluindo coleta de regiões insulares (ilhas) e coleta em locais de difícil acesso;
- Implantação e Operação de Central de Tratamento de Resíduos Sólidos Urbanos, incluindo unidade de Aterro Sanitário;
- Execução de serviços de Recuperação Ambiental de Área Degradada de Vazadouro de Resíduos Sólidos Urbanos;

17.9.3.1 A experiência anterior do(s) profissional(is) deverá ser comprovada por meio de apresentação de CAT(s) - Certidão(ões) de Acervo Técnico, devidamente registrado(s) na entidade profissional(is) competente, que deverá(ão) conter, no mínimo, o(s) nome(s) do(s) profissional(is), a localização e a identificação da obra ou serviço executado, o período e o(s) quantitativo(s) básico(s) executado(s).

17.9.3.2 No caso de Consórcio, as participantes poderão apresentar os atestados dos

responsáveis técnicos de acordo com o disposto no artigo 33, inciso III, da **LEI DE LICITAÇÕES**.

17.9.3.3 O(s) profissional(is) indicado(s) pela **LICITANTE**, para fins de capacidade técnica de que trata o item 17.9.3., deverá(ão) participar dos **SERVIÇOS**, admitindo-se a substituição por profissional(is) de experiência equivalente ou superior, desde que previamente aprovada pelo **MUNICÍPIO**.

17.9.4. Comprovação de vínculo empregatício do(s) profissional(is), mediante a apresentação de Carteira de Trabalho, Contrato de Trabalho, ou ficha de Registro de Empregados do Ministério do Trabalho. No caso de dirigente ou sócio, deve ser apresentado o contrato social com as últimas alterações, devidamente registrados na Junta Comercial, ou documento específico, igualmente registrado, que contenha a comprovação do cargo do Responsável Técnico, ou ainda como autônomo comprovado com a apresentação do Contrato de Prestação de Serviço.

17.9.5. Apresentação das Escrituras Públicas de Compra e Venda, ou Escrituras Públicas de Promessa de Compra e Venda, ou Instrumentos Particulares de Promessa de Compra e Venda, ou Instrumentos Particulares de Opção de Compra, ou Instrumentos Particulares de Locação com Opção de Compra, devidamente registrados em Cartório de Registro de Imóveis ou em Cartório de Títulos e Documentos, relativo aos terrenos previstos para implantação do CTR – Central de Tratamento de Resíduos e da Estação de Transferência de Resíduos - ETR;

17.9.5.1. Em qualquer hipótese, os instrumentos contratuais deverão prever expressamente que, em caso de a **LICITANTE** vir a se sagrar vencedora, a **SPE** deverá ser, ao final do período do **CONTRATO**, proprietária dos terrenos, de modo a viabilizar sua reversão ao **PODER CONCEDENTE**.

17.9.6. Apresentação de Parecer Preliminar de Avaliação das áreas ofertadas pela Licitante para implantação do CTR - Central de Tratamento de Resíduos e da Estação de Transferência de Resíduos - ETR, a ser emitido pela Secretaria Municipal de Saneamento - **SESAN** do Município de Belém, com o seu respectivo aval técnico sobre a eventual viabilidade para implantação do empreendimento no local. Para tanto, as licitantes deverão solicitar a realização de referida

avaliação preliminar à SESAN, em ofício dirigido à Sra. Secretária, até o 15º (décimo quinto) dia que anteceder a **DATA DE ABERTURA DAS PROPOSTAS**.

17.9.6.1. Na data de realização da avaliação preliminar, a **LICITANTE** deverá disponibilizar aos agentes da SESAN, (i) cópia do documento de identificação do representante da proponente, (ii) documentos referentes à localização dos terrenos submetidos a avaliação, e (iii) documentos de caracterização da titularidade dos terrenos.

17.9.6.2. No caso de **LICITANTES** reunidas em **CONSÓRCIOS**, a avaliação das áreas poderá ser submetida à SESAN por representante de apenas um de seus membros, líder ou não, desde que detentor de direito de titularidade sobre os terrenos.

17.10 DECLARAÇÕES – Conforme modelo constante do **ANEXO III.14 – Declaração a que se refere o item 17.10 do Edital**, do **ANEXO III.9 – Declaração de Regularidade perante o Ministério do Trabalho**, do **ANEXO III.10 – Declaração de Ausência de Fatos Supervenientes e Impeditivos para a contratação**, e do **ANEXO III.11 – Declaração de Atendimento aos Requisitos de Habilitação**, a demonstração da qualificação da **LICITANTE** é condicionada ainda à apresentação de:

- a) Declaração da **LICITANTE** de que se encontra em situação regular perante o Ministério do Trabalho, na observância das vedações estabelecidas no art. 7º, inciso XXXIII, da Constituição Federal, quais sejam, proibição de trabalho noturno, perigoso ou insalubre aos menores de 18 (dezoito) anos e de qualquer trabalho a menores de dezesseis anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de catorze anos;
- b) Declaração da **LICITANTE** de que não está condenada, por sentença transitada em julgado, à pena de interdição de direitos devido à prática de crimes ambientais, conforme disciplinado no art. 10 da Lei Federal nº 9.605, de 12.02.1998;
- c) Declaração da **LICITANTE** de que tomou conhecimento de todas as informações e condições locais para o cumprimento das obrigações decorrentes desta **LICITAÇÃO**;
- d) Declaração da **LICITANTE** de que dispõe ou tem capacidade de obter

recursos financeiros suficientes para cumprir as obrigações de aporte de recursos próprios e obtenção de recursos de terceiros necessários à consecução do objeto da **CONCESSÃO**, inclusive a obrigação de integralização no capital social da **SPE** no montante de, no mínimo os seguintes valores, caso sagre-se vencedora desta **LICITAÇÃO**;

- e) Declaração de que, caso se torne **ADJUDICATÁRIA**, a **LICITANTE** constituirá a **SPE** para assinatura do **CONTRATO**, segundo as leis brasileiras, com sede e administração no Brasil, no Município de Belém, Estado do Pará;
- f) Declaração da **LICITANTE** de que inexistente qualquer fato impeditivo à sua participação na **LICITAÇÃO**;
- g) Compromisso de adoção, pela **SPE**, a ser estruturada sob qualquer forma em direito admitido, de padrões de governança corporativa e de contabilidade, e de elaboração de demonstrações financeiras padronizadas, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, baseadas na Legislação Societária Brasileira (Lei Federal nº 6.404/76 e alterações posteriores) e nas Normas Contábeis emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade – CFC;
- h) Compromisso de que a **SPE** adotará mecanismos e procedimentos internos de integridade, auditoria e incentivo à denúncia de irregularidades e à aplicação efetiva de códigos de ética e de conduta;
- i) Declaração da **LICITANTE** de que não foi declarada inidônea e não está impedida de contratar com o Poder Público de qualquer esfera federativa, não estando incluída no Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP e no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS, ambos do Governo Federal;
- j) Declaração da **LICITANTE** de que se compromete a comunicar ocorrência de quaisquer fatos supervenientes relacionados com o objeto das declarações constantes no presente item;
- k) Declaração da **LICITANTE** de que não está em cumprimento de pena de suspensão temporária de contratar com a Administração Pública, de qualquer esfera;
- l) Declaração da **LICITANTE** de que se compromete a adotar todas as medidas necessárias e suficientes para permitir a perfeita prestação dos **SERVIÇOS** como estabelecido no **EDITAL** e seus **ANEXOS**, bem como que se

compromete a arcar com as despesas/ônus, encargos, dispêndios e obrigações pecuniárias a que se refere o **CONTRATO**; e

- m) Declaração da **LICITANTE** de que aceita a responsabilidade solidária, nos termos do art. 33 da Lei Federal no 8.666/93, no tocante ao **OBJETO** desta **LICITAÇÃO**, cobrindo integralmente todas as obrigações assumidas na **PROPOSTA** apresentada, sendo que tal responsabilidade solidária somente cessará, no caso de o **CONSÓRCIO** ter sido o **LICITANTE** vencedor, após a **DATA DE PUBLICAÇÃO DO CONTRATO**; e, no caso de o **CONSÓRCIO** não ter sido o **LICITANTE** vencedor, em até 30 (trinta) dias contados da **DATA DE PUBLICAÇÃO DO CONTRATO**.

17.11 As empresas estrangeiras autorizadas pelo Poder Executivo a funcionar no Brasil, nos termos do artigo 1.134 do Código Civil Brasileiro, somente poderão participar da **LICITAÇÃO** se reunidas em **CONSÓRCIO** cuja líder seja brasileira e deverão apresentar os **DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO**, em conformidade com a legislação de seu país de origem, respeitando o previsto neste **EDITAL**, e ainda:

17.11.1 Declaração expressa de que se submetem à legislação brasileira e de que renunciam a qualquer reclamação por via diplomática conforme **ANEXO III.6 – Declaração de Observância e Submissão à Legislação Brasileira**;

17.11.2 Procuração, em Língua Portuguesa ou traduzida para a Língua Portuguesa por tradutor juramentado, para representante legal no Brasil, outorgando-lhe poderes expressos para receber citações e responder administrativa e judicialmente, nos termos do artigo 32, § 4º da Lei Federal n.º 8.666/1993; e

17.11.3 Declaração de atendimento às exigências dos itens de habilitação mediante documentos equivalentes, os quais deverão cumprir as formalidades previstas neste **EDITAL**, conforme as hipóteses abaixo:

17.11.3.1. Em caso de existência de documentos equivalentes nos respectivos países de origem para atendimento das exigências previstas na habilitação, ou de documentos para as respectivas filiais brasileiras, os **LICITANTES**

estrangeiros deverão apresentar declaração assinalando tal circunstância, conforme **ANEXO III.7 – Declaração de Equivalência de Documentos Estrangeiros**.

17.11.3.2. Por outro lado, em caso de inexistência de documentos equivalentes nos respectivos países de origem aptos ao atendimento das exigências previstas para habilitação, ou de documentos para as respectivas filiais brasileiras, os **LICITANTES** estrangeiros deverão apresentar declaração assinalando tal circunstância, conforme **ANEXO III.8 – Declaração de Inexistência de Documentos Equivalentes**.

17.12 No caso de divergência de interpretação entre o documento no idioma original e a sua tradução, prevalecerá o texto traduzido.

17.13 A conformidade do(s) atestado(s) e/ou declaração(ões) poderá ser confirmada por meio de diligência da **COMISSÃO** destinada a averiguar a qualificação técnica do **LICITANTE**, nos termos deste **EDITAL**, sendo que o não atendimento dos requisitos do **EDITAL** implicará a inabilitação do **LICITANTE**, sem prejuízo de outras sanções cabíveis em virtude de falsidade das informações prestadas.

17.14 QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA - Os documentos relativos à qualificação econômico-financeira da **LICITANTE** serão constituídos por:

17.14.1 Balanço Patrimonial e Demonstrações Contábeis referentes ao último exercício social, já exigíveis e devidamente apresentados na forma da lei, e registrados na Junta Comercial, conforme Resolução 563 de 28/10/83 e alterações, do Conselho Federal de Contabilidade, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, mas admitida a correção monetária caso tais balancetes ou balanços provisórios tenham sido encerrados há mais de 3 (três) meses da data da sessão pública para recebimento das propostas, para comprovação da situação financeira da **LICITANTE**, bem como seu grau de endividamento. Para empresas estrangeiras tanto o balanço patrimonial como os demonstrativos contábeis deverão ter seus valores convertidos para reais e ser elaborados de acordo com as normas contábeis aplicáveis no Brasil (“BRGAAP”).

17.14.1.1. Os Demonstrativos Contábeis deverão estar assinados por contabilista, ou técnico em contabilidade, legalmente habilitado, devendo, ainda, quando assim determinado em Lei, estar acompanhado de relatório de auditores independentes.

17.14.1.2. As empresas que adotem o Sistema Público de Escrituração Digital (SPED), deverão apresentar seu Balanço Patrimonial e suas demonstrações contábeis, encaminhados eletronicamente via SPED, acompanhado do Recibo de Entrega da Escrituração Contábil Digital à Secretaria da Receita Federal e do Termo de Abertura e Encerramento, gerados pelo Sistema Público de Escrituração Digital (SPED).

17.14.1.3. Serão considerados balanços exigíveis na forma da lei:

- a) Sociedades Limitadas deverão apresentar somente os balanços aprovados pela assembleia geral de sócios, e registrados perante a respectiva Junta Comercial, nos termos do art. 1.181, do Código Civil, ou perante a Receita Federal do Brasil, nos termos do art. 6º, da IN RFB nº 2003/2021;
- b) Sociedades Limitadas de grande porte deverão apresentar os balanços aprovados, publicados e registrados, nos termos da legislação competente;
- c) Sociedades Anônimas Fechadas deverão apresentar os balanços aprovados, publicados e registrados, nos termos da legislação competente; e
- d) Sociedades Anônimas Abertas deverão apresentar os balanços aprovados, publicados, auditados por auditor independente, e registrados nos termos da legislação competente;

17.14.2. Certidão Negativa de Falência, Concordata ou Recuperação Judicial, expedida pelo distribuidor da sede da **LICITANTE**, com data de emissão não antecedendo em mais de 90 (noventa) dias da data de apresentação das propostas.

17.14.2.1. Nos casos de recuperação judicial, a **LICITANTE** pode substituir a certidão prevista no item acima pela apresentação do plano de recuperação já homologado pelo juízo competente e em pleno vigor.

17.14.3. Comprovação de que a **LICITANTE** dispõe na data de entrega da **DOCUMENTAÇÃO**, Capital Social igual ou superior a R\$ 92.676.389,80 (noventa e dois milhões, seiscentos e setenta e seis mil e trezentos e oitenta e nove reais e oitenta centavos), com base no Balanço Patrimonial do último exercício exigível, equivalente a 10% (dez por cento) do **VALOR DOS INVESTIMENTOS**.

17.14.4. Com relação aos **CONSÓRCIOS** que participem da **LICITAÇÃO**, o Capital Social exigido, será acrescido de 30% (trinta por cento) nos termos do art. 33, inciso III, constante da **LEI DE LICITAÇÕES**.

17.14.4.1 Considera-se atendido o requisito de habilitação quando o Capital Social mínimo previsto no item 17.14.3. e 17.14.4 for atingido pela média ponderada do Capital Social dos consorciados, considerando as suas respectivas participações societárias, isto é, a soma do produto da multiplicação do capital social de cada consorciado pela participação percentual que detiver no **CONSÓRCIO**;

17.14.5. Como comprovação da boa situação financeira da **LICITANTE**, a **LICITANTE** deverá comprovar o atendimento aos indicadores mencionados neste item, através de demonstrativo de cálculo, tomando por base o balanço patrimonial do último exercício, utilizando as fórmulas apresentadas a seguir:

a. Índice de Liquidez Geral (ILG) igual ou superior a 1,0 (um), onde:

$$ILG = \frac{(Ativo Circulante + Realizável a longo prazo)}{(Passivo Circulante + Exigível a longo prazo)}$$

b. Índice de Liquidez Corrente (ILC) igual ou superior a 1,0 (um), onde:

$$ILC = \frac{\textit{Ativo Circulante}}{\textit{Passivo Circulante}}$$

c. Grau de Endividamento (GE) igual ou inferior a 0,7 (sete décimos), onde:

$$GE = \frac{(\textit{Passivo Circulante} + \textit{Exigível a longo prazo})}{\textit{Ativo total}}$$

17.14.6. Os indicadores econômico-financeiros, definidos neste **EDITAL** limitar-se-ão a avaliar a capacidade econômico-financeira dos **LICITANTES** com vistas aos compromissos que terão de assumir durante a fase de execução contratual.

18. PROPOSTA TÉCNICA – ENVELOPE Nº 03

18.1. Caberá a cada **LICITANTE** realizar, por sua própria conta e risco, investigações, levantamentos e estudos, bem como desenvolver projetos para permitir a apresentação de sua **PROPOSTA TÉCNICA**.

18.2. A **PROPOSTA TÉCNICA** será apresentada no original, em uma única via, digitada em linguagem clara e objetiva, sem erros ou rasuras, devendo ser assinada pelo responsável legal da **LICITANTE** ou pessoa legalmente habilitada a fazê-lo em nome desta, inclusive o representante credenciado.

18.3. A **PROPOSTA TÉCNICA** deve ser elaborada segundo **ANEXO V - DIRETRIZES DE APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA TÉCNICA**, considerando as informações contidas nos demais **ANEXOS**, sendo desclassificadas as **LICITANTES** cujas **PROPOSTAS TÉCNICAS** não estejam de acordo com o quanto estabelecido neste **EDITAL** e nos referidos **ANEXOS**.

19. PROPOSTA COMERCIAL – ENVELOPE Nº 04

19.1. Caberá a cada **LICITANTE** realizar, por sua própria conta e risco, investigações, levantamentos e estudos, bem como desenvolver projetos para permitir a apresentação de sua **PROPOSTA COMERCIAL**.

19.2. A **PROPOSTA COMERCIAL** será apresentada em 01 (uma) via, datilografada ou digitada no computador, em linguagem clara e objetiva, sem erros ou rasuras, devendo ser assinada pelo responsável técnico da **LICITANTE** ou pessoa legalmente habilitada a fazê-lo em nome da **LICITANTE**.

19.2.1. Os valores da **PROPOSTA COMERCIAL** serão expressos em Real (R\$), com data base do mês de maio/22 (equivalente ao mês de referência dos estudos).

19.2.2. A **PROPOSTA COMERCIAL** deverá atender às condições e os critérios contidos neste **EDITAL**, em especial, as diretrizes para elaboração da **PROPOSTA COMERCIAL**, constante do **ANEXO IV –DIRETRIZES DE APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA COMERCIAL** deste **EDITAL**.

19.2.3. Em caso de divergência entre os valores unitário e total, prevalecerá o unitário.

19.3. A **PROPOSTA COMERCIAL** deverá conter a oferta da **LICITANTE** para o valor da **CONTRAPRESTAÇÃO PÚBLICA** e as projeções financeiras, para execução dos **SERVIÇOS**, conforme indicado no **ANEXO IV –DIRETRIZES DE APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA COMERCIAL** do **EDITAL**.

19.4. A **PROPOSTA COMERCIAL** deverá conter o **PLANO DE NEGÓCIOS** da **SPE**, que deverá ser elaborado conforme especificações contidas no **ANEXO IV – DIRETRIZES DE APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA COMERCIAL**.

19.5. Para elaboração da **PROPOSTA COMERCIAL**, não deverão ser considerados quaisquer benefícios fiscais que possam vir a ser conferidos à **CONCESSIONÁRIA** pela União, Estado ou Prefeituras, durante o prazo da **CONCESSÃO**.

19.6. O valor total previsto na **PROPOSTA COMERCIAL** deverá abranger todos os custos referentes à **CONCESSÃO**, que contemplarão, dentre outros:

- a. O valor referente aos ônus e obrigações da **CONCESSIONÁRIA** concernentes à legislação tributária, legislação trabalhista e legislação previdenciária, os quais correrão por sua exclusiva conta;
- b. Custos com seus contratados;
- c. Despesas relativas a serviços extraordinários e a serviços noturnos;
- d. Custos de mobilização e desmobilização na instalação das **OBRAS** e **SERVIÇOS** a serem executadas;
- e. Todos os demais custos diretos ou indiretos incidentes sobre a execução dos **SERVIÇOS**; e
- f. Custos com contratação de seguros e garantias de construção, de cumprimento dos prazos e os demais necessários ao cumprimento do **CONTRATO**.

19.7. O prazo de validade da **PROPOSTA COMERCIAL** deverá ser de, no mínimo, 180 (cento e oitenta) dias, contados da data de apresentação da proposta, podendo ser renovados por iguais ou menores períodos.

19.8. O documento elaborado nos termos do **ANEXO IV – DIRETRIZES DE APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA COMERCIAL** deverá ser apresentado devidamente preenchido com a indicação do orçamento estimado em planilha de quantitativos e preços unitários para a composição da **CONTRAPRESTAÇÃO PÚBLICA** e data-base de sua composição (que deverá ser o mês de maio/2022, equivalente ao mês de referência dos estudos), e será utilizado como referência no caso de necessidade de cálculos de eventuais indenizações ou ajustes com a **CONCESSIONÁRIA**, nas condições previstas no **CONTRATO**.

19.9. Será apresentada apenas uma **PROPOSTA COMERCIAL** em relação a cada **CONSÓRCIO**.

19.10. A **PROPOSTA COMERCIAL** deverá conter a respectiva planilha de composição de preços unitários (CPU) e memórias de cálculos que a determinou, tendo por objetivo comprovar a viabilidade econômico-financeira do futuro contrato.

19.11. O LICITANTE deverá apresentar em sua **PROPOSTA COMERCIAL** declaração de instituição financeira de primeira linha, , nacional ou estrangeira, conforme modelo contido no **Anexo III.17 – Modelo de declaração firmada por instituição financeira, atestando a viabilidade do Plano de Negócios da LICITANTE**, emitida no papel timbrado da signatária, declarando, sob pena de responsabilidade, que:

19.11.1. Examinou o **EDITAL**, o plano de negócios do **LICITANTE** e demais elementos de sua **PROPOSTA COMERCIAL**;

19.11.2. Considera que a **PROPOSTA COMERCIAL** e o plano de negócios do **LICITANTE** têm viabilidade econômica; e

19.11.3. Considera viável a concessão de financiamentos necessários ao cumprimento das obrigações da **CONCESSIONÁRIA**, nos montantes e nas condições apresentadas pela **LICITANTE**.

19.12. Somente serão aceitas, para atendimento ao item 19.11., as declarações emitidas por instituições financeiras devidamente autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil ou órgão estrangeiro análogo, e que estejam acompanhadas com documento que comprove os poderes de representação legal do signatário, bem como documentos que demonstrem, de forma inequívoca, sua experiência na estruturação financeira de empreendimentos na modalidade de “project finance” ou outras formas de mobilização de recursos de longo prazo.

19.12.1. É vedada a apresentação de declaração por instituição financeira que esteja participando, direta ou indiretamente, por meio de seu **GRUPO ECONÔMICO**, da **LICITAÇÃO**.

20. DO ENCAMINHAMENTO DA DOCUMENTAÇÃO

20.1. Os envelopes contendo a **GARANTIA DE PROPOSTA**, os **DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO**, a **PROPOSTA COMERCIAL** e a **PROPOSTA TÉCNICA** deverão ser

entregues diretamente na Av. Governador José Malcher, nº 2110, Bairro São Brás, CEP 6606-230, Belém - PA, até às 9 hora do dia 31 de julho de 2023.

20.2. Expirado o prazo previsto no item acima, nenhum documento poderá ser recebido pela **COMISSÃO**.

21. DISPOSIÇÕES GERAIS SOBRE A DOCUMENTAÇÃO

21.1. O **PODER CONCEDENTE**, a seu exclusivo critério, poderá solicitar das **LICITANTES**, a qualquer momento, esclarecimentos sobre a **DOCUMENTAÇÃO**.

21.2. Decorridos 180 (cento e oitenta) dias da data de apresentação da **DOCUMENTAÇÃO**, sem convocação para contratação ou qualquer manifestação do **PODER CONCEDENTE** sobre tal contratação, ficam as **LICITANTES** liberadas dos compromissos assumidos.

22. DO PROCEDIMENTO DA LICITAÇÃO

22.1. Esta **LICITAÇÃO** será processada e julgada por uma **COMISSÃO**, com adoção da ordem ordinária de fases de habilitação e julgamento das propostas, na forma do previsto pelo art. 43, da **LEI DE LICITAÇÕES**, conforme as regras gerais estabelecidas nos itens seguintes.

22.2. A fase de habilitação consistirá na análise dos **DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO** das **LICITANTES**, observada as regras estabelecidas nos item 17 e item 22.9. e seguintes, deste **EDITAL**.

22.3. Na fase de julgamento das propostas, serão avaliadas as **PROPOSTAS TÉCNICAS** e as **PROPOSTAS COMERCIAIS** apresentadas pelos **LICITANTES** habilitadas, conforme as diretrizes constantes no **ANEXO IV – DIRETRIZES DE APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA COMERCIAL** e no **ANEXO V – DIRETRIZES DE APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA TÉCNICA**, observadas as regras constantes nos item 18, item 19 e item 22.8., e seguintes, deste **EDITAL**.

22.4. Os **LICITANTES** deverão formular suas **PROPOSTAS TÉCNICAS** e suas **PROPOSTAS COMERCIAIS** de forma autônoma e independente, com base nos critérios definidos neste **EDITAL** e em seus **ANEXOS**.

22.5. Será declarado como **LICITANTE VENCEDOR** a **LICITANTE** que apresentar a melhor **NOTA FINAL DA LICITAÇÃO (“NFL”)** resultante da combinação dos critérios da **PROPOSTA TÉCNICA** e da **PROPOSTA COMERCIAL**, cujos **DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO** atendam integralmente aos requisitos estabelecidos no presente **EDITAL**.

22.6. A intimação e a divulgação dos atos desta **LICITAÇÃO** serão feitas por publicação no Diário Oficial, no sítio eletrônico da Prefeitura de Belém e em jornal de grande circulação, podendo também a **COMISSÃO** o fazer por outros meios de comunicação (*fax, internet, etc.*).

22.7. ABERTURA, EXAME E ANÁLISE DA GARANTIA DE PROPOSTA – ENVELOPE Nº01

22.7.1. No dia, local e hora indicados no preâmbulo deste **EDITAL**, a **COMISSÃO**, em Sessão Pública, proclamará recebidos os envelopes apresentados pelas **LICITANTES**.

22.7.2. No início da sessão será realizado o Credenciamento dos interessados em representar os **LICITANTES** durante a **LICITAÇÃO**, nos termos estabelecidos no item 14 do presente **EDITAL**.

22.7.3. Em seguida, serão rubricados, ainda fechados, todos os envelopes das **LICITANTES**, pelos membros da **COMISSÃO** e pelos representantes das **LICITANTES** presentes.

22.7.4. Sequencialmente, a **COMISSÃO** promoverá a abertura do Envelope nº 01, contendo a **GARANTIA DE PROPOSTA**, para fins de verificação da prestação de **GARANTIA DE PROPOSTA**, observados os requisitos e o regramento constante neste **EDITAL**.

22.7.5. As **LICITANTES** que não cumprirem com os requisitos mínimos para prestação da **GARANTIA DE PROPOSTA** serão inabilitadas.

22.7.6. Encerrada a análise acerca das **GARANTIAS DE PROPOSTAS** de todas as **LICITANTES**, e na hipótese de não haver renúncia expressa ao direito de recorrer das **LICITANTES**, a **COMISSÃO** encerrará a Sessão Pública e designará nova data para dar continuidade aos trabalhos, a ser publicada no Diário Oficial do Município, após decorrência do prazo recursal legalmente estabelecido.

22.7.7. Analisadas as **GARANTIAS DE PROPOSTAS**, inclusive com decisão sobre eventuais recursos, a **COMISSÃO** proferirá decisão contendo a relação de **LICITANTES** aptos a prosseguir no certame.

22.8. ABERTURA, EXAME E JULGAMENTO DAS PROPOSTAS TÉCNICAS – ENVELOPE Nº 03 E DAS PROPOSTAS COMERCIAIS – ENVELOPE Nº 04

22.8.1. Sequencialmente, na data estabelecida no aviso publicado conforme o estabelecido no item 22.9.8. (análise dos **DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO** das **LICITANTES**), será realizada a verificação e classificação sobre a **PROPOSTA TÉCNICA** e a **PROPOSTA COMERCIAL** das **LICITANTES** habilitadas, que ocorrerá com a abertura dos Envelopes nº 03 e nº 04, rubricando-se os documentos neles contidos e procedendo-se ao seu exame pelos membros da **COMISSÃO** e pelos representantes das **LICITANTES** presentes.

22.8.2. O julgamento das **PROPOSTAS TÉCNICAS** dar-se-á por critérios objetivos, conforme o **ANEXO V – DIRETRIZES DE APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA TÉCNICA** do **EDITAL**, atribuindo-se a respectiva **NOTA TÉCNICA – NT** a cada **LICITANTE**.

22.8.3. O julgamento das **PROPOSTAS COMERCIAIS** dar-se-á por critérios objetivos, conforme o **ANEXO IV – DIRETRIZES DE APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA COMERCIAL**, atribuindo-se a respectiva **NOTA ECONÔMICA – NE** a cada **LICITANTE**.

22.8.4. Os **LICITANTES** classificados serão aqueles cujas **PROPOSTAS TÉCNICAS** e **PROPOSTAS COMERCIAIS** atendam à totalidade das exigências estabelecidas na legislação aplicável, bem como aos termos previstos no presente **EDITAL**.

22.8.5. Serão desclassificadas as PROPOSTAS TÉCNICAS e PROPOSTAS COMERCIAIS da LICITANTE:

- a) que não apresentar os documentos exigidos para os Envelopes nº 03 e nº 04, na forma e condições estabelecidas neste **EDITAL** e em seus **ANEXOS**;
- b) que contiverem rasura, borrão, entrelinha ou linguagem que dificulte a exata compreensão do enunciado;
- c) cujos documentos não estiverem assinados por pessoa com poderes para representar o **LICITANTE**;
- d) que não estiver totalmente expressa em reais;
- e) que contiverem emendas, ressalvas ou omissões;
- f) que não estiver redigida em Língua Portuguesa;
- g) que não observar os termos do **ANEXO V – DIRETRIZES DE APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA TÉCNICA** e do **ANEXO IV – DIRETRIZES DE APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA COMERCIAL**;
- h) que não considerar todos os tributos incidentes sobre os **SERVIÇOS**, na forma da legislação vigente;
- i) que impliquem oferta submetida a condição ou termo não previstos neste **EDITAL**;
- j) que considerar qualquer benefício fiscal que possa vir a ser conferido à **CONCESSIONÁRIA**, no âmbito da União, do Estado e do Município, durante o **PRAZO** da **CONCESSÃO**, sem que efetivamente exista no momento da **LICITAÇÃO**;
- k) que sejam inexecutáveis, assim consideradas (1) aquelas que não apresentem coerência com o **PLANO DE NEGÓCIOS** apresentado, (2) aquelas cujos preços não sejam demonstrados como viáveis por meio de documentação que comprove que os custos dos insumos são coerentes com os de mercado e que os coeficientes de produtividade são compatíveis com a execução do objeto do **CONTRATO**, nos termos do art. 48, inciso II, parágrafo 1º, alíneas "a" e "b", da **LEI DE LICITAÇÕES**, e suas alterações posteriores, (3) aquelas que apresentem valor presente líquido (VPL) negativo à Taxa de Desconto Proposta pela **LICITANTE**, sendo vedada a utilização de Taxa de Desconto Proposta inferior à rentabilidade de

face de um título da dívida pública federal indexado ao IPCA de prazo igual ou superior que contemple o pagamento de cupons semestrais, (4) cujo valor da Taxa Interna de Retorno (TIR) da LICITANTE seja negativa ou igual ou inferior ao índice inflacionário oficial estimado para o exercício vigente;

- l) que contiver vícios ou omitir qualquer elemento solicitado pelo presente **EDITAL** ou pela **COMISSÃO**;
- m) com valor de **CONTRAPRESTAÇÃO PÚBLICA MENSAL** igual ou superior a R\$ 33.403.448,45 (trinta e três milhões, quatrocentos e três mil, quatrocentos e quarenta e oito reais e quarenta e cinco centavos); ou,
- n) que contiverem outros vícios capazes de comprometer a sua validade.

22.8.6. Serão desclassificadas, ainda, as **PROPOSTAS COMERCIAIS** cujo **PLANO DE NEGÓCIOS**:

- a) Omitirem ou não atenderem as exigências e requisitos previstos neste **EDITAL** e seus **ANEXOS**.
- b) Imponham condições não previstas neste **EDITAL**.
- c) Apresentem preços baseados em outras propostas, inclusive com o oferecimento de redução sobre a de menor valor.
- d) Deixem de apresentar qualquer dos dados exigidos.
- e) Deixem de considerar os Tributos e Impostos incidentes.
- f) Estejam inconsistentes com o valor proposto para a **CONTRAPRESTAÇÃO PÚBLICA** na **PROPOSTA COMERCIAL** da **LICITANTE**.
- g) Não considerar ou considerar de forma equivocada os reinvestimentos necessários para o cumprimento da idade máxima dos veículos e da vida útil dos equipamentos necessários para a execução das atividades da concessão.
- h) Apresentar investimento em quantidade e tipos incompatíveis com a **PROPOSTA TÉCNICA** e com as características das áreas apresentadas para Avaliação.

22.8.7. A **PROPOSTA COMERCIAL** será julgada com base no menor valor de **CONTRAPRESTAÇÃO PÚBLICA** paga pelo **PODER CONCEDENTE**, pela prestação dos **SERVIÇOS**, conforme o **ANEXO IV – DIRETRIZES DE APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA COMERCIAL**.

22.8.8. As **PROPOSTAS TÉCNICAS** e **COMERCIAIS** de cada **LICITANTE** serão julgadas e comporão as **NOTAS TÉCNICAS** e **ECONÔMICAS**, respectivamente, de cada **LICITANTE**.

22.8.9. Conhecidos a **NOTA TÉCNICA** e a **NOTA ECONÔMICA**, a **COMISSÃO** procederá à classificação, em ordem decrescente dos **LICITANTES**, pelo cálculo da **NOTA FINAL DA LICITAÇÃO**.

22.8.10. Será declarada classificada a **LICITANTE** que obtiver a maior **NOTA FINAL DA LICITAÇÃO**.

22.8.11. A **NOTA FINAL DA LICITAÇÃO** será calculada nos seguintes termos:

$$NFL = (NT \times 60\%) + (NE \times 40\%)$$

Onde

NT: Nota Técnica, atribuída à **PROPOSTA TÉCNICA**, aferida nos termos do **ANEXO V – DIRETRIZES DE APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA TÉCNICA** do **EDITAL**;

NE: Nota Econômica, atribuída à **PROPOSTA COMERCIAL**, aferida nos termos do **ANEXO IV – DIRETRIZES DE APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA COMERCIAL** do **EDITAL**.

22.8.12. As **NOTAS FINAIS DA LICITAÇÃO** serão calculadas com até duas casas decimais.

22.8.13. Em caso de empate entre duas ou mais **NOTAS FINAIS DA LICITAÇÃO**, a classificação far-se-á por meio de sorteio realizado na mesma sessão, após a aplicação das regras indicadas no art. 3º, da **LEI DE LICITAÇÕES**.

22.8.14. A decisão acerca da **PROPOSTA TÉCNICA** e da **PROPOSTA COMERCIAL** será proferida pela **COMISSÃO** e o resultado do julgamento será informado às partes por meio de publicação na imprensa oficial.

22.8.15. Será respeitado o prazo para interposição e julgamento de recurso, salvo se todas as **LICITANTES** tiverem manifestado expressamente a sua renúncia ao direito de recurso.

22.8.16. Analisados os recursos ou decorrido o prazo para interposição de recursos pelas **LICITANTES**, o objeto da **LICITAÇÃO** será homologado e adjudicado à **LICITANTE VENCEDORA**.

22.9. ABERTURA, EXAME E ANÁLISE DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO – ENVELOPE Nº02

22.9.1. Ultrapassada a fase de verificação da **GARANTIA DE PROPOSTA**, a **COMISSÃO** promoverá a abertura do Envelope nº 02 contendo os **DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO** das **LICITANTES**, a fim de verificar o cumprimento das exigências de habilitação contidas neste **EDITAL**.

22.9.2. Os **DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO** das **LICITANTES** serão rubricados pelos membros da **COMISSÃO** e pelos representantes das **LICITANTES** credenciados presentes e em seguida analisada pela **COMISSÃO**.

22.9.3. Verificado o atendimento das exigências contidas no **EDITAL**, a **LICITANTE** será declarada habilitada.

22.9.4. A inabilitação de qualquer membro de um **CONSÓRCIO** ensejará a inabilitação do **CONSÓRCIO**.

22.9.5. A decisão acerca dos **DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO** será proferida pela **COMISSÃO**, na Sessão Pública ou em oportunidade posterior.

22.9.6. Se a Sessão Pública for suspensão, o resultado do julgamento será informado às partes por meio de publicação na imprensa oficial.

22.9.7. Na hipótese de inabilitação das **LICITANTES** será respeitado o prazo para interposição e julgamento de recurso, salvo manifestado expressamente a sua renúncia ao direito de recurso.

22.9.8. Após o julgamento dos recursos apresentados pelas **LICITANTES**, ou desde que transcorrido o prazo sem interposição de recurso, ou que tenha havido desistência expressa do prazo para recurso por todas as **LICITANTES**, a **COMISSÃO** divulgará o resultado mediante aviso publicado, uma única vez, na imprensa oficial, onde constará, também, o dia, hora e local para abertura dos Envelopes nº 03 e nº 04, oportunidade na qual será procedida a análise da **PROPOSTA TÉCNICA** e da **PROPOSTA COMERCIAL** das **LICITANTES** habilitadas.

22.9.9. Os **ENVELOPES** e Invólucros não abertos poderão ser retirados pelos interessados, no prazo de 30 (trinta) dias após a assinatura do **CONTRATO DE CONCESSÃO**. Se eles não forem retirados neste prazo de 30 (trinta) dias, serão inutilizados independentemente de qualquer aviso ou notificação.

23. HOMOLOGACÃO E ADJUDICAÇÃO

Seção I – Homologação

23.1. O resultado do julgamento, realizado pela **COMISSÃO**, será submetido à deliberação da autoridade superior que poderá, a seu critério:

- a) Homologar o resultado da **LICITAÇÃO**;
- b) Determinar a emenda de irregularidade sanável, se for o caso;
- c) Revogar a **LICITAÇÃO**, por razões de interesse público;
- d) Anular a **LICITAÇÃO**, se for o caso, por ilegalidade insanável.

23.2. A **LICITAÇÃO** somente será revogada por razões de interesse público decorrentes de fato superveniente devidamente comprovado, pertinente e suficiente para justificar tal conduta e será declarada nula, quando verificada ilegalidade, de ofício ou por provocação de terceiros, mediante parecer escrito devidamente fundamentado.

Seção II – Adjudicação

23.3. Homologada a **LICITAÇÃO**, será adjudicado o objeto ao licitante vencedor.

23.4. A adjudicação produz os seguintes efeitos jurídicos:

- a) Aquisição do direito de a **LICITANTE VENCEDORA** celebrar o **CONTRATO**;
- b) Vinculação da **LICITANTE VENCEDORA** ao cumprimento das condições estabelecidas no **EDITAL** e no **CONTRATO**.

Seção III – Recursos

23.5. Das decisões da **COMISSÃO** caberá recurso, nos termos do artigo 109 da Lei Federal nº 8.666/1993.

23.6. O recurso, dirigido ao Presidente da **COMISSÃO**, deverá ser protocolizado até às 17:00 horas do último dia do prazo previsto na lei, no endereço mencionado no preâmbulo deste **EDITAL**, sob pena de preclusão.

23.7. Interposto o recurso, tal interposição será comunicada às demais **LICITANTES** que poderão impugnar o recurso no prazo de 5 (cinco) dias úteis.

23.8. Nenhum prazo de recurso se inicia, ou corre, sem que os autos do processo estejam com vista aberta à **LICITANTE** interessada.

24. DA CONSTITUIÇÃO DA SPE

24.1. Após a homologação da **LICITAÇÃO**, a **LICITANTE VENCEDORA** deverá constituir a **SPE**, que celebrará o **CONTRATO** com o **PODER CONCEDENTE** e será a responsável pela execução do objeto da **CONCESSÃO ADMINISTRATIVA**, nos prazos previstos neste **EDITAL**.

24.2. O capital social mínimo da **CONCESSIONÁRIA** será de R\$ 92.676.389,80 (noventa e dois milhões, seiscentos e setenta e seis mil e trezentos e oitenta e nove reais e oitenta centavos), equivalente a 10% (dez por cento) do **VALOR DOS INVESTIMENTOS**, nos termos estabelecidos no **CONTRATO**.

24.3. A **SPE**, constituída pela **LICITANTE VENCEDORA**, assumirá a forma de sociedade anônima e deverá ter como único objeto a execução dos Serviços Públicos Especializados de Limpeza e Manejo de Resíduos Sólidos no Município de Belém, bem como a realização das atividades correlatas e a exploração de fontes de receitas acessórias e complementares estarão permitidas desde que atendam a legalidade e regulamentos relacionados com a atividade a ser desenvolvida, nos termos do **CONTRATO**.

24.4. A **SPE** deverá ser subsidiária integral da **LICITANTE VENCEDORA**.

24.4.1. No caso de a **LICITANTE VENCEDORA** ser **CONSÓRCIO**, a **SPE** deverá ter como sócias as empresas integrantes da **LICITANTE VENCEDORA**, com as mesmas participações apresentadas para o **CONSÓRCIO**.

24.5. O prazo de duração da **SPE** deverá corresponder ao prazo de vigência do **CONTRATO**.

24.6. O controle societário da **SPE** poderá ser transferido somente após anuência prévia do **PODER CONCEDENTE**.

24.7. Para fins de obtenção da anuência prevista neste item, o pretendente deverá:

- a) Atender às exigências de capacidade técnica, idoneidade financeira e regularidade jurídica e fiscal necessárias à assunção do serviço;
- b) Comprometer-se a cumprir todas as cláusulas do **CONTRATO** em vigor.

24.8. A transferência do controle societário poderá ser feita aos financiadores da **SPE**, após anuência do **PODER CONCEDENTE**, nos termos previstos no **CONTRATO**.

25. DAS CONDIÇÕES PARA A FORMALIZAÇÃO DO CONTRATO

25.1. Adjudicada a **LICITAÇÃO** pelo **PODER CONCEDENTE**, será convocada para, no prazo de até 60 (sessenta) dias, cumprir as formalidades necessárias, apresentar os atos constitutivos da **SPE**, que assinará o **CONTRATO**, sob pena de decair de seu direito à contratação, sem prejuízo da execução da **GARANTIA DE PROPOSTA** e da aplicação das penalidades previstas no artigo 81 da Lei Federal nº 8.666/93.

25.2. O prazo para a assinatura do **CONTRATO** poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, quando solicitado pela **LICITANTE VENCEDORA** durante o seu transcurso e desde que ocorra motivo justificado, aceito pelo **PODER CONCEDENTE** e prorrogação do prazo de validade da **GARANTIA DE PROPOSTA**.

25.3. É facultado ao **PODER CONCEDENTE**, quando a **ADJUDICATÁRIA** não se apresentar para assinar o **CONTRATO** no prazo e nas condições estabelecidas neste **EDITAL**, convocar as **LICITANTES** remanescentes, na respectiva ordem de classificação, as quais deverão comprovar, para fins de **AJUDICAÇÃO**, a existência ou constituição de **GARANTIA DE PROPOSTA** nos termos do **EDITAL**, para constituir uma sociedade de propósito específico (**SPE**) em igual prazo e nas condições da **PROPOSTA COMERCIAL** do primeiro colocado. Para os efeitos deste **EDITAL** e do **CONTRATO**, a **LICITANTE** remanescente que for convocada na hipótese deste item será considerada **LICITANTE VENCEDORA**.

25.4. O **CONTRATO** será celebrado entre o Município de Belém e a **SPE**. O **PODER CONCEDENTE** se responsabilizará pela publicação do extrato do **CONTRATO**, na imprensa oficial, até o 5º (quinto) dia útil do mês subsequente ao de sua assinatura, para que possa ocorrer no prazo de 20 (vinte) dias contados da data da referida assinatura, conforme o disposto no parágrafo único do artigo 61 da Lei Federal nº 8.666/93.

26. DA GARANTIA DE EXECUÇÃO DO CONTRATO

26.1. A **CONCESSIONÁRIA** deverá, antes da assinatura do **CONTRATO**, prestar a **GARANTIA DE EXECUÇÃO DO CONTRATO**, no valor equivalente ao montante correspondente à 5% (cinco por cento) do **VALOR DOS INVESTIMENTOS**, nos termos do

artigo 56, da Lei Federal nº 8.666/93, apresentando para a Prefeitura Municipal de Belém o respectivo comprovante até o ato de assinatura do **CONTRATO**.

26.2. A **GARANTIA DE EXECUÇÃO DO CONTRATO** será prestada em uma das seguintes formas, nos termos do art. 56 da Lei Federal nº 8.666/93 e alterações posteriores:

- a) Caução em dinheiro ou em títulos da dívida pública, devendo estes terem sido emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil e avaliados pelos seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério da Economia;
- b) Seguro-garantia;
- c) Fiança bancária.

27. DAS CONDIÇÕES GERAIS DO CONTRATO

27.1. O **CONTRATO** terá como objeto a execução dos **SERVIÇOS** pela **CONCESSIONÁRIA**, nos termos do **ANEXO I – MINUTA DO CONTRATO** e do **ANEXO II – TERMO DE REFERÊNCIA**.

27.2. A vigência do **CONTRATO** terá início a partir de sua assinatura e terá o prazo de 30 (trinta) anos, podendo ser prorrogado nos prazos e nas condições previstos no referido instrumento contratual, notadamente em razão de desequilíbrios econômico-financeiros, obedecendo a legislação aplicável.

27.3. Os direitos e obrigações da **CONCESSIONÁRIA** e do **PODER CONCEDENTE** encontram-se descritos no **CONTRATO**.

27.4. A **CONCESSIONÁRIA** será responsável pela obtenção de todas as licenças, observado o disposto no **CONTRATO**, que viabilizarão a ocupação e construção das **OBRAS** e execução dos **SERVIÇOS** e dos demais sistemas que serão construídos pela **CONCESSIONÁRIA**.

27.5. As **ÁREAS** são aquelas existentes no âmbito da **CONCESSÃO** e que se encontram

descritas no **CONTRATO**.

27.6. O **PODER CONCEDENTE** será responsável por promover os processos de desapropriação que eventualmente venham a ser necessários, enquanto a **CONCESSIONÁRIA** será responsável pelo pagamento das indenizações, nos termos do **CONTRATO**.

27.7. A **LICITANTE VENCEDORA** obriga-se a contratar, às suas expensas, junto à seguradora de sua livre escolha, seguro contra todos os riscos inerentes à execução das **OBRAS**, bem como aqueles previstos na minuta do **CONTRATO**, apresentando antes da assinatura do **CONTRATO**, a cópia autenticada ou o original das respectivas apólices de seguro.

27.8. Os seguros anteriormente mencionados deverão ter validade, ou ser renovados periodicamente, de modo a permanecer vigente e eficaz até o recebimento definitivo das **OBRAS**.

27.9. O **CONTRATO** especificará os bens afetos à **CONCESSÃO ADMINISTRATIVA**, bem como as formas de reversão dos referidos bens quando da extinção da **CONCESSÃO ADMINISTRATIVA**.

27.10. A falta de cumprimento, por parte da **CONCESSIONÁRIA**, de qualquer cláusula ou condição do **CONTRATO** e demais normas técnicas pertinentes, sem prejuízo do disposto nas demais cláusulas do **CONTRATO**, ensejará a aplicação das seguintes penalidades, isolada ou cumulativamente, nos termos da legislação aplicável:

- a) Advertência;
- b) Multa;
- c) Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração Pública por prazo não superior a 2 (dois) anos;
- d) Declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação, na forma da lei, perante a própria autoridade que aplicou a penalidade; e
- e) Caducidade do **CONTRATO**.

27.11. As hipóteses ensejadoras da aplicação das penalidades, os valores, bem como o procedimento e a forma de aplicação das sanções acima relacionadas encontram-se previstos no **CONTRATO**.

27.12. O **PODER CONCEDENTE** efetuará o pagamento da **CONTRAPRESTAÇÃO PÚBLICA MENSAL** após a efetiva execução dos **SERVIÇOS** objeto do **CONTRATO**, nos termos definidos no **CONTRATO**.

27.13. O **PODER CONCEDENTE** poderá, a seu exclusivo critério, optar em efetuar, diretamente, ou indiretamente, mediante convênio com o Estado do Pará ou com a União Federal, o aporte de recursos financeiros na **CONCESSÃO**, nos termos da legislação em vigor, condicionado ao competente reequilíbrio econômico-financeiro do **CONTRATO**.

27.14. A **CONTRAPRESTAÇÃO PÚBLICA** será reajustada anualmente, por meio da aplicação dos critérios e fórmulas definidos no **CONTRATO**.

27.15. Os valores da **CONTRAPRESTAÇÃO PÚBLICA** serão revistos, a qualquer tempo, quando se verificarem, além das demais hipóteses previstas no **CONTRATO**, os seguintes eventos:

- a) Sempre que houver imposto pelo **PODER CONCEDENTE**, modificação unilateral do **CONTRATO**, que importe variação dos seus custos ou das receitas, tanto para mais como para menos;
- b) Excetuado o imposto de renda, sempre que forem criados, alterados ou extintos tributos ou encargos legais ou sobrevierem novas disposições legais, após a data de apresentação pela **LICITANTE VENCEDORA** da **PROPOSTA COMERCIAL**, desde que acarretem repercussão nos custos da **CONCESSIONÁRIA**, tanto para mais quanto para menos, bem como seu impacto sobre as condições financeiras do **CONTRATO**;
- c) Sempre que circunstâncias supervenientes, em razão de fato do príncipe ou ato da Administração Pública, resultem, comprovadamente, em variações dos custos da **CONCESSIONÁRIA**, incluindo determinações de autoridades ambientais que alterem os encargos da **CONCESSÃO ADMINISTRATIVA**, dentre eles, a modificação ou

antecipação das metas da **CONCESSÃO ADMINISTRATIVA** previstas no Edital e seus anexos;

d) Sempre que houver alteração legislativa de caráter específico que produza impacto direto sobre as receitas da **CONCESSIONÁRIA**, tais como as que concedam isenção, redução, desconto ou qualquer outro privilégio tributário ou tarifário;

e) Sempre que circunstâncias supervenientes, em razão de caso fortuito, força maior e interferências imprevistas ou mesmo que previstas, não possam ser evitadas, para efetivação dos quais não seja atribuível responsabilidade à **CONCESSIONÁRIA**, acarretem alteração dos custos da **CONCESSIONÁRIA**;

f) nos demais casos não expressamente listados acima que venham a alterar o equilíbrio econômico-financeiro do **CONTRATO**, não motivados ou causados pela **CONCESSIONÁRIA**.

27.16. O procedimento e a forma como se dará a revisão da **CONTRAPRESTAÇÃO PÚBLICA MENSAL** encontram-se previstos no **CONTRATO**.

27.17. Nos termos do art. 8º, inciso I, da Lei Federal nº 11.079/2004, as obrigações pecuniárias contraídas pelo **PODER CONCEDENTE**, diretamente ou por meio de órgãos da administração indireta, serão garantidas, nos termos previstos no **CONTRATO**, por meio de cessão fiduciária de recebíveis da Administração da Prefeitura Municipal de Belém.

27.18. O agente público que não cumprir as obrigações financeiras do **CONTRATO** ou obstruir a execução das garantias de pagamento da presente parceria responderá civil, administrativa e criminalmente, inclusive na forma do art. 92, da **LEI DE LICITAÇÕES**, se for o caso.

27.19. Os investimentos obrigatórios pela **CONCESSIONÁRIA** ficarão condicionados à disponibilidade pela **CONTRATANTE** das garantias a serem especificadas.

27.20. Sem prejuízo da responsabilidade integral perante o **PODER CONCEDENTE**, a **CONCESSIONÁRIA** poderá subcontratar quaisquer atividades abrangidas pela **CONCESSÃO**, incluindo a subcontratação de investimentos, serviços e equipamentos relacionados à execução da **CONCESSÃO**, independentemente de prévia anuência do **PODER**

CONCEDENTE, nos termos previsto no **CONTRATO**.

27.21. Caso a **CONCESSIONÁRIA** opte pela subcontratação dos serviços necessários à realização dos investimentos adicionais, o **PODER CONCEDENTE** deverá conceder a sua não objeção à referida contratação, podendo exigir comprovação de que a empresa contratada possui os requisitos técnicos e financeiros suficientes para a perfeita execução do contrato.

27.22. Os riscos da presente **CONCESSÃO** deverão ser compartilhados na forma do **CONTRATO**.

27.23. O **CONTRATO** disciplinará as obrigações do **PODER CONCEDENTE** e da **CONCESSIONÁRIA**, observando-se as obrigações mínimas constantes no presente item.

27.23.1. São obrigações da **CONCESSIONÁRIA**, sem prejuízo das demais obrigações estabelecidas neste **CONTRATO** e em seus **ANEXOS** e na legislação aplicável:

- a) Cumprir e respeitar as cláusulas e condições do **CONTRATO** e seus **ANEXOS**, do **EDITAL** e seus **ANEXOS**, da **PROPOSTA COMERCIAL** apresentada e dos documentos relacionados, submetendo-se plenamente à regulamentação existente ou a que venha a ser editada pelo **PODER CONCEDENTE**, às normas da ABNT e/ou do INMETRO ou outro órgão regulamentador competente quanto ao objeto da **CONCESSÃO**, bem como às especificações e projetos pertinentes, aos prazos e às instruções da fiscalização do **PODER CONCEDENTE**;
- b) Executar todos os **SERVIÇOS** e **OBRAS** relativas à **CONCESSÃO** com zelo, diligência e economia, devendo sempre utilizar a melhor técnica aplicável a cada uma das tarefas desempenhadas e obedecendo rigorosamente as normas, padrões e especificações estabelecidas pelo **PODER CONCEDENTE**;
- c) Dispor de equipamentos, materiais e equipe adequada para a consecução de todas as obrigações estabelecidas neste **CONTRATO**, com a eficiência e a qualidade contratualmente definidas;
- d) Manter os equipamentos, máquinas e veículos em bom estado de funcionamento e dentro dos padrões de controle ambiental exigidos, quanto à poluição do ar e sonora, e em estrita observância às normas federais, estaduais e municipais;

- e) Elaborar o projeto básico, bem como os **PROJETOS EXECUTIVOS** das **OBRAS** e instalações, acompanhados da indicação dos respectivos responsáveis técnicos;
- f) Implantar as instalações necessárias à realização dos **SERVIÇOS** do **CONTRATO**, em consonância com as especificidades contidas no **TERMO DE REFERÊNCIA** e submetê-las à aprovação do **PODER CONCEDENTE** antes do respectivo início da operação;
- g) Executar todas as **OBRAS** e **INVESTIMENTOS** previstos no **TERMO DE REFERÊNCIA**;
- h) Implementar, organizar e conduzir a coleta e a reciclagem de óleo de cozinha usado;
- i) Captar, aplicar e gerir os recursos financeiros necessários à execução do objeto do presente **CONTRATO**;
- j) Manter, durante o prazo do **CONTRATO DE CONCESSÃO**, as condições de habilitação e qualificação necessárias à execução do objeto da **CONCESSÃO**;
- k) Manter em dia o inventário e o registro dos **BENS VINCULADOS À CONCESSÃO**;
- l) Cumprir com as metas e os parâmetros de qualidade, e demais condicionantes para a execução do objeto da **CONCESSÃO**, conforme estabelecido neste **CONTRATO**;
- m) Assumir integral responsabilidade pelos riscos inerentes à execução da **CONCESSÃO**, ressalvadas as hipóteses expressamente excepcionadas neste **CONTRATO**;
- n) Contratar os seguros para os riscos relevantes e usuais da **CONCESSÃO** nos termos deste **CONTRATO**, responsabilizando-se, em qualquer caso, pelos danos causados por si, seus representantes, prepostos ou subcontratados, na execução da **CONCESSÃO**, perante o **PODER CONCEDENTE** ou terceiros;
- o) Observar todas as determinações legais e regulamentares quanto à legislação tributária e à legislação trabalhista, previdenciária, de segurança e medicina do trabalho em relação aos seus empregados, prestadores de serviços, contratados ou subcontratados, isentando o **PODER CONCEDENTE** de qualquer responsabilização relacionada;

- p) Garantir o adequado descarte, destinação, triagem, transporte, armazenagem e aproveitamento dos resíduos originados na **CONCESSÃO**, inclusive aqueles decorrentes da logística reversa, observados todos os dispositivos da legislação federal, estadual e municipal aplicáveis e as exigências quanto aos licenciamentos e autorizações necessários para essa finalidade, inclusive a licença ambiental prévia, se aplicável;
- q) Cumprir e observar todas as normas e exigências legais ambientais e obter todas as **LICENÇAS**, permissões e autorizações exigidas para a plena execução do **CONTRATO**, devendo se responsabilizar por todas as providências necessárias para a sua obtenção junto aos órgãos competentes nos termos da legislação vigente e arcando com todas as despesas e os custos envolvidos;
- r) Executar o **OBJETO** do **CONTRATO** durante todo o **PRAZO** da **CONCESSÃO**, obedecidos os prazos e condições técnicas estabelecidas no **TERMO DE REFERÊNCIA**, no **ANEXO II** e no **ANEXO III**, ambos deste **CONTRATO**
- s) Dar conhecimento imediato ao **PODER CONCEDENTE** de todo e qualquer evento que altere de modo relevante o normal desenvolvimento da **CONCESSÃO**, ou que possa vir a prejudicar ou impedir o pontual e tempestivo cumprimento das obrigações previstas no **CONTRATO**, incluindo-se ações judiciais e procedimentos administrativos, apresentando, por escrito e no prazo mínimo necessário, relatório detalhado sobre esses fatos, e incluindo, se for o caso, contribuições de entidades especializadas, externas à **CONCESSIONÁRIA**, com as medidas tomadas ou a serem tomadas para superar ou sanar a situação;
- t) Implantar e manter em operação central de atendimento ao **USUÁRIO FINAL** e ouvidoria para receber comentários, críticas e reclamações do público, bem como prestar orientações sobre os **SERVIÇOS** e repassar tais informações ao **PODER CONCEDENTE** e à **ENTIDADE REGULADORA**;
- u) Disponibilizar ao **PODER CONCEDENTE**, caso solicitado, mensalmente, relatório com as reclamações dos **USUÁRIOS FINAIS**, bem como as respostas fornecidas e as providências adotadas em cada caso;
- v) Informar ao **PODER CONCEDENTE** a ocorrência de quaisquer atos, fatos ou circunstâncias que possam atrasar ou impedir a conclusão das **OBRAS** e dos

INVESTIMENTOS e, conseqüentemente, o início da prestação dos **SERVIÇOS**;

- w) Apresentar ao **PODER CONCEDENTE**, em até 30 (trinta) dias contados a partir do fim do ano fiscal, suas demonstrações financeiras do exercício completas;
- x) Apresentar ao **PODER CONCEDENTE**, no prazo por ele fixado, outras informações adicionais ou complementares que o **PODER CONCEDENTE**, razoavelmente e sem trazer ônus adicional significativo e injustificado para a **CONCESSIONÁRIA**, venha a formalmente solicitar, incluindo-se, mas sem se limitar a, as quitações legalmente exigidas de todo e qualquer encargo, como aqueles referentes às contribuições devidas ao INSS, FGTS, taxas e impostos pertinentes, ao estágio das negociações e as condições dos contratos de financiamento;
- y) Cooperar e apoiar para o desenvolvimento das atividades de acompanhamento e fiscalização do **PODER CONCEDENTE**, nos termos do **CONTRATO**, permitindo o acesso aos equipamentos e às instalações atinentes ao objeto do **CONTRATO**, bem como os registros contábeis;
- z) Cooperar com o **PODER CONCEDENTE** em sua política de coleta seletiva, auxiliando-o na relação do **MUNICÍPIO** com as associações e/ou cooperativas de catadores de materiais recicláveis, integrando-os à política municipal, desde que não prejudicial ao presente **CONTRATO**;
- aa) Observar as regras de compartilhamento de receitas e ganhos, nos termos deste **CONTRATO**;
- bb) Indicar e manter um responsável técnico à frente dos trabalhos, com poderes para representar a **CONCESSIONÁRIA** junto ao **PODER CONCEDENTE**;
- cc) Observar os padrões de governança corporativa e adotar contabilidade e demonstrações financeiras padronizadas, nos termos do art. 9º, § 3º, da Lei nº 11.079/2004;
- dd) Conservar e manter atualizados todos os bens, equipamentos e instalações empregados na **CONCESSÃO** em perfeitas condições de funcionamento, bem como reparar suas unidades e promover, oportunamente, as substituições demandadas em função do desgaste ou superação tecnológica, ou ainda, promover os reparos ou modernizações necessárias à boa execução e à preservação da adequação das atividades e serviços, em observância ao princípio da atualidade;

- ee) Considerar que o período necessário para análise e aprovação dos projetos pelo **PODER CONCEDENTE**, será de, no máximo 45 (quarenta e cinco) dias corridos;
- ff) Apresentar um relatório de atividades mensal como condição do pagamento da **CONTRAPRESTAÇÃO MENSAL** devida pelo **PODER CONCEDENTE**, contendo, no mínimo, (1) descrição dos principais serviços executados no período e respectivos quantitativos e respectivos custos, (2) relação de equipamentos e mão-de-obra alocada ao **CONTRATO** e respectivos custos, e (3) acompanhamento fotográfico;
- gg) Manter em operação 24 (vinte e quatro) horas por dia em todos os dias da semana, um sistema de vigilância capaz de garantir a integridade das instalações, dos bens do **PODER CONCEDENTE**, e das áreas internas da **INSTALAÇÕES OPERACIONAIS**, vetando terminantemente a permanência de pessoas estranhas ou de qualquer animal doméstico, exceto cães amestrados de vigilância
- hh) Adequar-se às exigências impostas pelos órgãos governamentais responsáveis pela segurança, saúde, higiene, medicina do trabalho e controle do meio ambiente enquanto durar a **CONCESSÃO**;
- ii) Indicar eventuais áreas para realização das **OBRAS**, e, se for o caso, solicitar a Declaração de Utilidade Pública da área para fins de desapropriação;
- jj) Pagar a indenização prévia a terceiros que tenham sofrido processo de desapropriação para fins de realização das **OBRAS**; e
- kk) Envidar todos os esforços para diminuir o volume de rejeitos e os custos de sua disposição final ambientalmente adequada.

27.23.2. São obrigações do **PODER CONCEDENTE**, sem prejuízo de outras obrigações previstas no **CONTRATO DE CONCESSÃO** e em seus **ANEXOS** e na legislação aplicável:

- a) Remunerar a **CONCESSIONÁRIA** na forma e nos prazos previstos neste **CONTRATO** e em seus **ANEXOS**;
- b) Prestar auxílio institucional à **CONCESSIONÁRIA** no que se refere à obtenção de linhas de financiamento para a execução do **CONTRATO**, mediante contato com as instituições financeiras envolvidas pela **CONCESSIONÁRIA**;

- c) Dar anuência à constituição de garantias pela **CONCESSIONÁRIA**, conforme seja necessário para a captação dos recursos, incluindo, sem limitação, a anuência para transferência do controle da **CONCESSIONÁRIA** aos **FINANCIADORES**, desde que nos termos do **CONTRATO**, e a assunção das obrigações de constituir empenhos de despesa e de realizar os pagamentos devidos em caso de término antecipado do **CONTRATO** diretamente em favor dos **FINANCIADORES**, nos termos do artigo 5º, §2º, da Lei Federal nº 11.079/2004;
- d) Ressarcir a **CONCESSIONÁRIA**, integralmente, pelos custos por ela incorridos em razão de medidas de recuperação do meio ambiente, compensação ambiental, restauração das áreas degradadas, e outras, determinadas, ou não, pelos órgãos e/ou entidades ambientais competentes, com a finalidade de mitigar, restaurar ou compensar o passivo ambiental previamente existente à assinatura do contrato, excetuadas aquelas já expressamente constantes no **TERMO DE REFERÊNCIA**;
- e) Garantir permanentemente o livre acesso da **CONCESSIONÁRIA** aos equipamentos e localidades necessários para a prestação dos **SERVIÇOS e OBRAS**, nas áreas sob a competência do **PODER CONCEDENTE**, para a execução do objeto da **CONCESSÃO**, durante a vigência do **CONTRATO**;
- f) Disponibilizar à **CONCESSIONÁRIA**, desde a **DATA DA ORDEM DE INÍCIO**, livres e desimpedidos e em conformidade com a regulamentação a respeito do tema, os bens que ficarão sob a gestão da **CONCESSIONÁRIA**, necessários ao desenvolvimento adequado do objeto da **CONCESSÃO**;
- g) Rescindir ou assumir a responsabilidade sobre todos os contratos existentes até a **DATA DA ORDEM DE INÍCIO**, que versem sobre a execução de **SERVIÇOS** objeto da **CONCESSÃO**;
- h) Responsabilizar-se pelos ônus, danos, despesas, pagamentos, indenizações e eventuais medidas judiciais decorrentes de atos ou fatos, inclusive de natureza ambiental e caráter de dano continuado, anteriores à **DATA DA ORDEM DE INÍCIO**, relacionados ao objeto da **CONCESSÃO**, bem como de atos ou fatos que, embora posteriores à **DATA DA ORDEM DE INÍCIO**, decorram de culpa exclusiva do **PODER CONCEDENTE**;
- i) Fornecer informações para o desenvolvimento da **CONCESSÃO** que lhe estejam disponíveis;

- j) Formalizar, em caso de eventual modificação do atual mecanismo de arrecadação da **TAXA**, contrato com a **ARRECADADORA**, para fins de viabilizar a arrecadação da **TAXA**, nos termos da NR ANA nº 01/2021 e/ou da Resolução Normativa ANEEL nº 1.047/2022;
- k) Custear, integralmente, a **CONTRAPRESTAÇÃO** devida à **CONCESSIONÁRIA**, enquanto não implementada a cobrança da **TAXA** por meio de fatura de contas de consumo de outros serviços (água ou energia);
- l) Assegurar a manutenção, durante todo o período da **CONCESSÃO**, do **SALDO MÍNIMO**;
- m) Adotar todos os procedimentos necessários à fiel formalização e implementação da **GARANTIA PÚBLICA**, prazo máximo de 180 (cento e oitenta) dias, contados da **DATA DE ASSINATURA DO CONTRATO**, observado o disposto na Cláusula 37.5 do **CONTRATO**;
- n) Prestar, se cabível, as informações solicitadas pela **CONCESSIONÁRIA** para o bom andamento da **CONCESSÃO**;
- o) Manifestar-se sobre os pedidos encaminhados pela **CONCESSIONÁRIA**, relativamente à execução deste **CONTRATO**, no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis;
- p) Apor sua “não objeção” à realização de subcontratações realizadas pela **CONCESSIONÁRIA**, e autorizar, caso assim solicitado pela **CONCESSIONÁRIA**, a realização de faturamento por eventuais **SUBCONTRATADOS** diretamente ao **PODER CONCEDENTE**;
- q) Assegurar à **CONCESSIONÁRIA** a plena utilização dos bens afetos à **CONCESSÃO** perante qualquer instância do Poder Público de quaisquer de suas esferas;
- r) Fundamentar devidamente suas decisões, aprovações, pedidos ou demais atos praticados ao abrigo deste **CONTRATO**, considerando expressamente todos os elementos trazidos pela **CONCESSIONÁRIA**;
- s) Indicar formalmente o(s) agente(s) público(s) responsáveis pelo acompanhamento do **CONTRATO**;
- t) Acompanhar e fiscalizar permanentemente o cumprimento deste **CONTRATO**, bem como analisar as informações prestadas pela **CONCESSIONÁRIA**;

- u) Aplicar as sanções e penalidades e adotar as demais medidas necessárias ao cumprimento regular do presente **CONTRATO** em caso de inadimplemento das obrigações assumidas pela **CONCESSIONÁRIA**, sempre respaldado nos princípios da proporcionalidade e razoabilidade das sanções;
- v) Emitir as licenças e autorizações que sejam necessárias à execução do objeto da **CONCESSÃO** que estejam sob a sua competência e responsabilidade, nos termos da legislação pertinente;
- w) Colaborar, dentro da sua esfera de competências e observados os termos da legislação pertinente, com a obtenção das licenças e autorizações eventualmente necessárias para a **CONCESSÃO**, junto aos demais órgãos públicos, inclusive com a participação em reuniões técnicas e envio de manifestações necessárias;
- x) Adotar todas as medidas concretas para implementação da **GARANTIA PÚBLICA**, em até 180 (cento e oitenta) dias após o início dos **SERVIÇOS**, observado o disposto na Cláusula 37.5 do **CONTRATO**, com todas as suas características de garantias, fianças e contrapartidas públicas;
- y) Receber, apurar e solucionar as queixas e reclamações dos **USUÁRIOS FINAIS**, que serão cientificados das providências tomadas;
- z) Declarar de utilidade pública, se for o caso, e promover a desapropriação ou instituição de servidão administrativa, estabelecer limitações administrativas e autorizar ocupações temporárias dos bens imóveis necessários para assegurar a realização e conservação dos **SERVIÇOS, INVESTIMENTOS e OBRAS** vinculados à **CONCESSÃO**, nos termos deste **CONTRATO**;
- aa) Disponibilizar as áreas para a implantação dos **ECOPONTOS e LEVS** em tempo hábil para garantir a implantação destes empreendimentos em conformidade com o **CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO**
- bb) Analisar e aprovar os planos, estudos, **PROJETOS EXECUTIVOS** dos **SERVIÇOS e OBRAS** a serem implantados e submetidos pela **CONCESSIONÁRIA**, de acordo com prazos definidos no **CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO**;
- cc) Fiscalizar a execução das **OBRAS**, observando-se o estrito cumprimento do **TERMO DE REFERÊNCIA**, e respeitando a competência da **CONCESSIONÁRIA** em propor as melhores alternativas desde que se observe as condições e especificações previstas neste **CONTRATO**;

- dd) Conceder o reajuste da **CONTRAPRESTAÇÃO** anualmente, nos termos deste **CONTRATO**;
- ee) Respeitar o equilíbrio econômico-financeiro da **CONCESSÃO**, e enviar os esforços para responder os pleitos administrativos no prazo previsto neste **CONTRATO**; e
- ff) Responsabilizar-se pelo passivo ambiental existente, notadamente na área em que localizado no “Lixão” do Aurá, mesmo que tenha sido identificado após a **DATA DA ORDEM DE INÍCIO**.

27.24. A fiscalização da **CONCESSÃO**, abrangendo todas as atividades da **CONCESSIONÁRIA**, durante todo o prazo do **CONTRATO**, será executada pela **ENTIDADE REGULADORA**, com assistência técnica do **VERIFICADOR INDEPENDENTE**, estando assegurado o pleno direito ao contraditório e ampla defesa à **CONCESSIONÁRIA**, por meio de Recurso Administrativo dirigida à Secretaria Municipal de Saneamento de Belém e, sucessivamente, ao Sr. Prefeito Municipal.

27.24.1. A Agência Reguladora do Município de Belém – ARBEL, será a entidade responsável pela fiscalização e regulação do **CONTRATO**, devendo ser constituída comissão própria para tal feito, nos termos do art. 23, do Decreto Federal nº 7.217/2010.

27.24.2. Nos termos da Lei Municipal nº 9.576/2020, a ARBEL fará jus ao pagamento de 4% (quatro por cento) da arrecadação anual da **TAXA**, valor esse que será transferido à **ENTIDADE REGULADORA** mediante operação da **CONTA CENTRALIZADORA**.

27.24.3. Do valor da **CONTRAPRESTAÇÃO MENSAL** da **CONCESSIONÁRIA** não será abatido o pagamento supracitado de 4% que deverá ser arcado integralmente pela **TAXA** e/ou pelo **PODER CONCEDENTE**.

27.24.4. É facultado às **PARTES**, em comum acordo, adotar a qualquer tempo da **CONCESSÃO**, a contratação de entidade terceira qualificada, notória especializada, para a realização das tarefas de fiscalização e emissão de laudos, caso em que serão soberanas as conclusões e mensurações expedidas por essas entidades.

27.24.5. Na eventualidade de se adotar a solução disposta no subitem 27.24.4. supra, os

custos referentes a contratação serão suportados em partes iguais pelo **PODER CONCEDENTE** e **CONCESSIONÁRIA**, e constituirá aditivo contratual para este fim.

27.24.6. A **CONCESSIONÁRIA** facultará ao **PODER CONCEDENTE** e à **ENTIDADE REGULADORA**, o livre acesso, em qualquer época, às áreas, instalações e locais referentes à **CONCESSÃO**, incluindo estatísticas e registros administrativos e contábeis, e prestará sobre esses, no prazo que lhe for estabelecido, os esclarecimentos que forem formalmente solicitados.

27.24.7. A **ENTIDADE REGULADORA** e o **PODER CONCEDENTE** poderão demandar à **CONCESSIONÁRIA**, a qualquer tempo e sob qualquer circunstância, informações de natureza técnica, operacional, econômica, financeira e contábil, bem como medições e prestações de contas.

27.24.8. A **ENTIDADE REGULADORA**, diretamente ou por meio de seus representantes credenciados, poderá realizar, na presença de representantes da **CONCESSIONÁRIA**, testes ou ensaios que permitam avaliar adequadamente o desempenho operacional dos equipamentos, sistemas e instalações utilizados na **CONCESSÃO**.

27.24.9. No exercício da fiscalização, a **ENTIDADE REGULADORA** e/ou o **PODER CONCEDENTE**, conforme aplicável, também poderá:

- a) Acompanhar a execução das **OBRAS** e a prestação dos **SERVIÇOS**, bem como a conservação dos **BENS VINCULADOS** à **CONCESSÃO**;
- b) Proceder a vistorias para a aferição da conformidade das instalações e equipamentos às normas, determinando as necessárias correções, reparos, remoções, reconstruções ou substituições às expensas da **CONCESSIONÁRIA**;
- c) Intervir, quando necessário, na execução dos **SERVIÇOS**, nos termos da legislação e deste **CONTRATO**, de modo a assegurar a regularidade e o fiel cumprimento das obrigações contratuais assumidas pela **CONCESSIONÁRIA**;

- d) Determinar que sejam refeitas as **OBRAS**, atividades ou **SERVIÇOS**, sem ônus para o **PODER CONCEDENTE**, se as já executadas não estiverem em conformidade com este **CONTRATO**; e
- e) Aplicar as sanções e penalidades previstas neste **CONTRATO**.

27.24.10. Na hipótese em que a **CONCESSIONÁRIA** se recusar a acatar as determinações realizadas pela **ENTIDADE REGULADORA** e/ou pelo **PODER CONCEDENTE**, este poderá adotar, diretamente ou por meio de terceiros, as providências necessárias para corrigir a situação, correndo os respectivos custos por conta da **CONCESSIONÁRIA**, sem prejuízo da aplicação das sanções e penalidades pertinentes.

28. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

28.1. São sanções passíveis de aplicação aos **LICITANTES** participantes deste certame, sem prejuízo de outras sanções previstas na legislação pertinente:

- a) advertência formal, nos casos de infrações de menor gravidade que não ensejem prejuízos à Administração;
- b) multa diária de 0,3% (três décimos percentuais);
- c) multa de 5% (cinco por cento);
- d) suspensão, pelo período de até 02 (dois) anos, de participação em licitação e contratação com este Município;
- e) declaração de inidoneidade, que o impede de participar de licitações, bem como de contratar com a Administração Pública pelo prazo de até cinco anos.

28.2. Em caso de ocorrência de inadimplemento de termos deste **EDITAL**, não contemplado nas hipóteses anteriores, a Administração procederá à apuração do dano para aplicação da sanção apropriada ao caso concreto, observado o princípio da proporcionalidade.

28.3. Comprovado impedimento ou reconhecida força maior, devidamente justificado e aceito pela Administração, a empresa ficará isenta das penalidades mencionadas.

28.4. As penalidades fixadas neste item serão aplicadas através de Processo Administrativo a cargo do Município, conforme os princípios do direito administrativo sancionador, no qual serão assegurados à empresa o contraditório e a ampla defesa, limitando-se ao curso da presente **LICITAÇÃO**.

29. DISPOSIÇÕES FINAIS

29.1. Na contagem dos prazos a que alude este **EDITAL**, excluir-se-á o dia de início e incluir-se-á o dia de vencimento, sendo considerados os dias consecutivos, exceto quando explicitamente disposto em contrário.

29.2. Só se iniciam e vencem os prazos nos dias de expediente na Prefeitura Municipal de Belém.

29.3. As comunicações dos atos mencionadas neste **EDITAL**, no que se refere, especialmente, ao procedimento da **LICITAÇÃO**, serão feitas pela **COMISSÃO**, mediante publicação no Diário Oficial Eletrônico do Município e, quando for o caso, comunicado às **LICITANTES** por escrito, por e-mail.

29.4. As comunicações das **LICITANTES** à **COMISSÃO** deverão ser feitas por escrito, mediante protocolo junto à SEGEF/PMB, localizado na Av. Governador José Malcher, nº 2110, Bairro São Brás, CEP 66060-230, Belém - PA, neste Município, exceto nos casos em que este **EDITAL** dispor de modo diverso.

29.5. As dúvidas surgidas na aplicação deste **EDITAL**, bem como os casos omissos, serão resolvidas pela **COMISSÃO**, respeitada a legislação pertinente.

29.6. Até a assinatura do **CONTRATO**, fica reservado ao **PODER CONCEDENTE** o direito de resolver todo e qualquer caso singular, não previsto neste **EDITAL** e nos seus Anexos e tudo o mais que, de qualquer forma, se relacione direta ou indiretamente com o objeto do **EDITAL**.

29.7. A **COMISSÃO** poderá proceder a inspeções, auditorias e realizar ou determinar

diligências a qualquer tempo, bem como se valer de assessoria técnica, para se for o caso, esclarecer dúvidas e conferir informações e registros oferecidos pelas **LICITANTES**.

29.8. Os termos dispostos neste **EDITAL**, bem como as cláusulas e condições do **CONTRATO** e as constantes dos demais **ANEXOS** complementam-se entre si, reportando um documento ao outro em caso de dúvidas ou omissões, devendo ser respeitadas as regras de interpretação previstas no **CONTRATO**.

29.9. AO **ADJUDICATÁRIO** caberá o pagamento ao **AGENTE AUTORIZADO**, como condição precedente à assinatura do **CONTRATO**, do valor de R\$1.250.000,00 (um milhão, duzentos e cinquenta mil reais), devidamente atualizados monetariamente, como ressarcimento dos custos incorridos na elaboração dos estudos e projetos que fundamentam este **EDITAL**.

29.9.1. O pagamento deverá ser realizado conforme especificado abaixo:

BENEFICIÁRIO	DADOS	VALOR
	BANCÁRIOS	
CS BRASIL TRANSPORTES DE PASSAGEIROS E SERVIÇOS AMBIENTAIS LTDA CNPJ nº 10.965.693//0001-00	BANCO BRABESCO(237) AGENCIA 231-3 CONTA CORRENTE 63500-6	R\$ 625.000,00
PROMULTI ENGENHARIA INFRAESTRUTURA E MEIO AMBIENTE LTDA CNPJ nº 07.299.384/0001-34	BANCO SANTANDER (033) AGÊNCIA 3457 CONTA CORRENTE 13002806-1	R\$ 625.000,00

29.10. O valor acima definido deverá ser reajustado da data base dos estudos até a data do

efetivo pagamento pelo **ADJUDICATÁRIO**, com base na variação do **IPCA** do mês anterior ao da data base dos estudos, maio de 2022, até o mês anterior ao pagamento referido no item 29.9.

29.11. Caso o **ADJUDICATÁRIO** venha a descumprir o prazo estabelecido no subitem 29.09 deste **EDITAL**, deverá ser aplicada uma multa de 2% (dois por cento) sobre o valor devido, reajustado em conformidade com o subitem 29.10, acrescido de juros de mora de 1% (um por cento) ao mês contados da data de assinatura do **CONTRATO**, ficando autorizado o **PODER CONCEDENTE** a executar a **GARANTIA DE EXECUÇÃO** para assegurar o pagamento do **AGENTE AUTORIZADO**.

Belém, 15 de junho de 2023

Silvio Nazareno Leal Costa
Presidente da CPL
Decreto nº 105.290/2022